

JOSÉ ANTONIO VIDAL DE FIGUEIREDO

EDILSON EDIMAR FERREIRA

**MICRO EMPRESA SIMPLES – SEUS EFEITOS NA SOCIEDADE,
ARRECADACÃO E POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe.

LONDRINA – PR

2003

PENSAMENTO

“Os donos do futuro são aqueles que conhecem o poder da cooperação: trabalham sempre em equipe, armam seus times antes de realizar um projeto e lutam até alcançar seus sonhos.”

(Roberto Schinyashiki)

AGRADECIMENTOS

Pela oportunidade de desenvolver e crescer, procurando oferecer a sociedade novos conhecimentos, os sinceros agradecimentos principalmente à **DEUS**, que está presente em cada minuto de nossas vidas, e às pessoas que de alguma maneira colaboraram para a elaboração e conclusão desta dissertação.

Nossos mais sinceros agradecimentos.

DEDICATÓRIA

Aos nossos pais, pelo exemplo de vida dedicada à família e pelo
incentivo a tornar-nos profissionais.

Aos nossos filhos, pelas horas de alegria nos intervalos de estudo.

As nossas esposas, pela compreensão, companheirismo,
carinho e admiração aos nossos esforços.

A vocês que são os verdadeiros responsáveis por mais etapa vencida em nossas
vidas, dedicamos nossa eterna gratidão.

Muito obrigado.

RESUMO

FERREIRA, E E, FIGUEIREDO, J A V. MICRO EMPRESA SIMPLES – SEUS EFEITOS NA SOCIEDADE, ARRECADAÇÃO E POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ O presente trabalho tem como principal objetivo relatar todo o processo de implantação das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como seu enquadramento no Regime SIMPLES-PR, um regime criado para fomentar a criação de pequenas e micro empresas no Estado do Paraná e conseqüentemente criar novos postos de trabalho no Estado e com isso aumentar a arrecadação do ICMS bem como alavancar o desenvolvimento estadual. Mas esta política acabou por gerar um problema maior, que é a cultura dos empresários de sempre ganhar mais, pois com este incentivo as empresas com o repasse do mesmo sobre o seu produto final, poderiam reduzir os preços, tornando-se competitivas no mercado interno, mas infelizmente não é a situação que se constata na realidade, muitos dos micro-empresários enquadrados no regime Simples acabam sonegando e incentivando à sonegação, pois compram e vendem sem nota fiscal, mascarando assim a base de faturamento, e ainda vendem seus produtos sem o repasse do incentivo concedido, cabendo assim ao consumidor final desembolsar o valor do imposto no ato da compra, valor este que as empresas não lançam e por isso também não o repassam as cofres públicos, deixando o Governo com esta prática de aumentar a arrecadação do imposto, gerando uma sobrecarga para outras empresas, promovendo assim um tratamento diferenciado que fere o direito constitutivo de igualdade. Outro ponto que será analisado diz respeito às exportações, as empresas que optam por este regime de tributação não se beneficiam do direito de transferência de créditos relativos ao ICMS e ao IPI, deixando-as assim incapacitadas de concorrer com as demais empresas que são tributadas pelo regime normal, quando o cenário é o mercado internacional, pois o custo final de seus produtos é elevado, conseqüência direta das restrições impostas pelo enquadramento no regime de tributação SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos). Outro destaque é o fato de as empresas enquadradas neste regime não podem importar matéria-prima para utilização no seu processo produtivo, ficando, desta forma, altamente prejudicadas quando determinados insumos têm preços mais competitivos no mercado internacional. Embora existam algumas vantagens nas operações no mercado interno para as empresas enquadradas no regime SIMPLES, o mesmo não pode ser dito quanto ao mercado externo, pois as restrições acima referidas inviabilizam as exportações das micros e pequenas empresas. Todas as vantagens e desvantagens advindas do regime SIMPLES serão apresentadas no decorrer do trabalho, onde também serão analisados os últimos 05 anos de arrecadação de ICMS, serão feitos cruzamento de dados coletados via Internet, CEFA, CRE e revistas especializadas no ramo tributário, contudo isto, ficará evidenciado no trabalho que todos os esforços dispensados na mudança da Lei do ICMS, trata-se de busca pelo aumento de imagem política, esquecendo-se do objetivo maior que é o desenvolvimento das empresas e concomitantemente o desenvolvimento das pessoas e do nosso Estado.

Palavras Chave: Micro Empresa Simples; Efeitos na Sociedade; Arrecadação; Política do Estado Do Paraná; ICMS.

E. Mail: edimarbad@uol.com.br e javifi@ibest.com.br

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade Documentos ICMS.....	85
Gráfico 2 – Valor Arrecadação ICMS Estado do Paraná	85
Gráfico 3 – Valor Arrecadação ICMS Município.....	85
Gráfico 4 –Valor Total Arrecadação ICMS no Paraná.....	85
Gráfico 5 – Arrecadação ICMS PR - JANEIRO.....	87
Gráfico 6 – Arrecadação ICMS PR - FEVEREIRO.....	87
Gráfico 7 – Arrecadação ICMS PR - MARÇO.....	87
Gráfico 8 – Arrecadação ICMS PR - ABRIL.....	87
Gráfico 9 – Arrecadação ICMS PR - MAIO.....	88
Gráfico 10 – Arrecadação ICMS PR - JUNHO.....	88
Gráfico 11 – Arrecadação ICMS PR - JULHO.....	88
Gráfico 12 – Arrecadação ICMS PR - AGOSTO.....	88
Gráfico 13 – Arrecadação ICMS PR - SETEMBRO.....	89
Gráfico 14 – Arrecadação ICMS PR - OUTUBRO.....	89
Gráfico 15 – Arrecadação ICMS PR - NOVEMBRO.....	89
Gráfico 16 – Arrecadação ICMS PR - DEZEMBRO.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação das MPEs na Economia Brasileira.....	16
Tabela 2: Exemplos de Atividades Vedadas ao Simples.....	39
Tabela 3: Componentes Estratégicos do Processo de Internacionalização.....	47
Tabela 4: Macro-Estratégias e Estratégias de Ação no Processo de Internacionalização da Empresa.....	49
Tabela 5: Ilustração das Alíquotas Incidentes Sobre os Produtos da Empresa "A".....	51
Tabela 6: Transferência dos Créditos da Empresa "A" para a Empresa "B".....	51
Tabela 7: Alíquotas Incidentes sobre o Produto da Empresa "B".....	51
Tabela 8: Transferência de Créditos para Empresa "C", comércio enquadrado na forma de Tributação Normal.....	52
Tabela 9: Alíquotas Incidentes sobre os produtos exportados pela Empresa "B".....	53
Tabela 10: Ilustração do preço final do produto destinado à exportação nos dois regimes de Tributação (Normal e Simples).....	55
Tabela 11: Declarações do I.R.P.J. processadas no Brasil referentes ao ano 1997.....	56
Tabela 12: Classificação das MPEs segundo o número de empregados.....	74
Tabela 13: Classificação das MPEs segundo o faturamento bruto anual.....	75
Tabela 14: Evolução do Emprego por Unidades da Federação do Brasil Acumulado no Ano de 2003.....	78
Tabela 15: Evolução no Brasil das Empresas enquadradas no Regime Simples Acumulado no Ano de 2003.....	79
Tabela 16: Quantidade de Documentos - Período 1997 À 2002.....	81
Tabela 17: Valor Referente Arrecadação ICMS no Paraná Período 1997 à 2002 (Valores Históricos).....	82
Tabela 18: Valor Referente Arrecadação ICMS no Município Período 1997 à 2002 (06º DRR) (Valores Históricos).....	83

Tabela 19: Valor Referente Arrecadação Total do ICMS no Estado do Paraná	
Período 1997 à 2002 (Valores Históricos).....	84
Tabela 20: Valores Totais de Arrecadação ICMS no Estado do Paraná	
Período 1997 à 2002 (Valores Históricos).....	85
Tabela 21: Demonstrativo de Arrecadação do ICMS no Paraná – Período	
1997 à 2002 (Valores Atualizados).....	86

ÍNDICE

PENSAMENTO	II
AGRADECIMENTOS	III
DEDICATÓRIA	IV
LISTA DE GRÁFICOS	VI
LISTA DE TABELAS	VII
RESUMO	V

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	5
3. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.....	6
3.1. HISTORICO SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA.....	6
3.1.1. Histórico da Receita Federal.....	10
3.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	11
3.3. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL.....	15
3.3.1. Enquadramento, Formalização e Obrigações das Micro e Pequenas Empresas.....	16
3.3.2. Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.....	17
3.3.3. Empresas já constituídas.....	17
3.3.4. Empresas em constituição.....	18
3.3.5. Simplificação do arquivamento dos atos constitutivos nos órgãos de registro.....	19
3.3.6. Uso das expressões "ME" e "EPP".....	19
3.3.7. Escrituração de Livros Obrigatórios.....	20
3.3.8. Espécies e Naturezas Jurídicas das Empresas.....	21
3.3.9. Como ser identificadas por terceiros, as pessoas jurídicas	

inscritas no Simples?.....	23
3.4. EXCLUSÃO DO SIMPLES E A PERDA DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE?.....	24
3.4.1. Penalidades.....	30
3.4.2. Mudança de Enquadramento.....	31
3.4.3. Vedações à Opção.....	32
3.4.4. Inclusão com Data Retroativa por Decisão Administrativa.....	35
3.4.5. Inclusão com data retroativa por decisão administrativa: documentação necessária.....	37
3.4.6. Exemplos de Atividades Vedadas.....	38
3.5. O PAPEL DO SIMPLES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO.....	45
3.5.1. Internacionalização da empresa.....	46
3.5.2. Tributação das empresas enquadradas no SIMPLES <i>versus</i> tributação normal para os mercados interno e externo.....	50
3.6. LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	57
3.6.1. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	60
3.6.2. Definição e Histórico do Imposto.....	60
3.6.3. Incidência do Imposto.....	61
3.6.4. Não Incidência.....	63
3.6.5. Benefícios Fiscais no ICMS.....	64
3.6.6. Base de Cálculo e Alíquotas do ICMS.....	65
3.6.7. Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.....	74
3.7. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RICMS NO PARANÁ.....	75
3.7.1. Efeito das Micros Empresas Simples.....	76
3.7.2. Na Sociedade.....	77
3.7.3. Na Arrecadação.....	79
3.7.4. Valores arrecadados.....	80

3.8. OBRIGAÇÕES CONTÁBEIS.....	92
3.8.1. Obrigações Tributárias.....	93
3.8.2. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias.....	93
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
6. ANEXOS.....	101

INTRODUÇÃO

Todo ser humano desde a infância já questiona como tudo se originou.. Tudo o que se é visível, imaginável e o além do imaginável. Questiona-se como surgiu o universo, a terra, a água, os animais... e... ele mesmo...? Resposta...? Foi DEUS!!! Esta é a resposta. Mas, alguém ou algo teria criado toda esta maravilha sem que as criaturas Dele pagassem um preço por usufruir disto tudo?

É óbvio que não. Desde o início da civilização humana, que o homem descobriu formas de comunicação escrita - para poderem registrar os fatos de seu tempo – conta a história que, desde aquela época, já pagava-se tributos, isto segundo a BÍBLIA SAGRADA, o Livro mais lido em todo o mundo.

Estes tributos eram variados, desde ofertas de animais, cereais, frutas e incensos, tudo de acordo com a crença individual ou coletiva, e sempre o melhor de seus produtos e animais, como forma de agradecimento ao seu DEUS por tudo que conquistado.

Outras formas de tributo eram cobradas pelos reis e governantes das épocas antigas, cobravam-se impostos em forma de moedas, animais e propriedades, não importando a condição do contribuinte, para poderem satisfazer suas vaidades e aspirações doentias por guerras e lutas armadas.

Segundo, Mateus (Mt = 22, 21 – 22), Marcos (Mc = 12, 17) e Lucas (Lc=20, 25 – 26), citam nos Evangelhos: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”.

Sobrecai então o questionamento: Mas será que “César” é justo na forma de arrecadar seus tributos? Onera uns e alivia outros? E os contribuintes de “César” recebem a recíproca merecida deste tributo?

No Brasil desde o seu descobrimento pelos portugueses, também criou-se vários tipos de impostos sobre vários produtos que eram extraídos, produzidos e importados; até mesmo formas de pedágio pelo uso dos portos; já eram aplicados na época.

Com o passar dos séculos de acordo com as mudanças políticas, sociais, econômicas e mercantis, as formas de arrecadação dos impostos e as formas de fiscalização e controle foram mudadas.

Em meados do século XX, criou-se o Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), mais precisamente em 1936, e, 29 anos após foi substituído pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que mais tarde veio a ser chamado de: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com novas regras e incentivos para empresas de vários segmentos, categorias e porte financeiro, dentre elas estão as micros e pequenas empresas, as quais desfrutam de um regime tributário chamado de SIMPLES-PR, que são o objeto da pesquisa.

Este regime tem muito a ver com o início dos tempos, em que seus governantes utilizavam-se dos impostos de acordo com interesses políticos, alterando-se regras de acordo com as necessidades de “César”, favorecendo a uns e sobrecarregando a outros, guardadas as devidas proporções.

O objetivo da criação do SIMPLES-PR para a aplicação nas micro empresas, era torná-las grandes geradoras de novos postos de trabalho, pois com o benefício do incentivo, poderiam baixar o preço final de venda ao consumidor, aumentando assim o valor do seu ativo, podendo investir na ampliação da empresa, porém constata-se que isto não vem ocorrendo.

A realidade mostra que a empresa que opera no regime normal acaba sendo

aparentemente prejudicada, por ser responsável por um maior recolhimento do ICMS ao Estado do Paraná (justamente por não serem beneficiadas com o regime fiscal das micro empresas), ferindo assim o princípio constitucional que dá a todos o direito de igualdade de tratamento.

A empresa beneficiada com os incentivos do ICMS, ao não repassar estes “descontos” ao seu produto ou serviço final, oneram os consumidores que pagam o imposto integralmente, e o mesmo não é repassado pelas empresas aos cofres públicos devido ao incentivo concedido, reduzindo a arrecadação do Estado, ficando o numerário relativo ao incentivo, nas mãos de alguns poucos micro empresários, em troca de imagem política, prejudicando toda a sociedade, pois o imposto é um tributo cuja função social é alavancar e fomentar o desenvolvimento do Estado, sanar as deficiências e necessidades do povo, promover a cultura e o esporte, bem como outras necessidades de fundamental importância.

Deve-se analisar se os incentivos fornecidos são de fato benéficos, ou seja, de um lado o Estado consegue manter um acompanhamento superficial para efeitos de fiscalização (simplificando a operacionalidade e controle, de forma informatizada) reduzindo parte dos custos operacionais, como visitas fiscais, acompanhamentos “*in loco*” e levantamentos fiscais (auditoria), limitando a atenção fiscal a casos isolados ou quando surge alguma denúncia, que é corrigida mediante lavratura de autos de infrações, que mesmo assim o contribuinte que está sonegando acaba lucrando, pois nesses casos somente será cobrado o ICMS e Multa, esta ainda com redução para pagamento prevista em Lei, enquanto que os demais impostos de competência da União acabam não sendo abrangido.

A proposta do trabalho é que seja criado um mecanismo em que as micros sejam incentivadas ao crescimento e que prove para ao estado que incentivo

recebido está tendo retorno, ou seja, ele está empregando mais, suas compras (entradas) estão aumentando (evitando ou diminuindo a aquisição de mercadorias sem documentação fiscal regulamentar e mais vendas com emissão de nota fiscal).

A sugestão seria a criação de um sistema de controle de créditos, onde poderiam ser lançados créditos oriundos de diversas situações, como:

- quando não houver utilização dos créditos, lança-se estes valores em fichas de controle, ou em um banco de dados que pode ser criado com esta finalidade;
- estabelecer-se metas que quando cumpridas gerariam um crédito pré-definido que também seria lançado, como um exemplo de meta pode-se citar a criação de novos empregos e vários outros tipos de metas, que tornariam mais organizadas administrativamente as micro-empresas e proporcionariam uma melhor condição social no Estado.

O sistema de pagamento de um valor pré definido, não é uma novidade pois era utilizado antes da publicação do decreto 246, a novidade seria um controle eficaz destes créditos.

Espera-se que quando das reformas e criação de leis que regem a tributação do Estado, busquem-se outras formas de conhecimento humano, ou mesmo uma melhoria no processo de enquadramento de empresas que possam vir a ser beneficiadas com qualquer tipo de incentivo, fazendo-se prevalecer os interesses da sociedade, e não interesses políticos, que visam beneficiar apenas o interesse de alguns.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho se dará em forma de pesquisa e análise de dados, confrontação de gráficos. A pesquisa terá base aos órgãos Estaduais diretamente ligados ao imposto, tais como: SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda) e CRE (Coordenação da Receita do Estado do Paraná). Serão analisados os valores arrecadados nos últimos anos antes da alteração da lei que regulamenta o ICMS com os valores arrecadados após implantação da nova Lei.

Serão exploradas as Leis: Federal, Estadual e Municipal, no que compete as micro e pequenas empresas do Estado do Paraná.

Objetivas análises e levantamentos, através de gráficos e Tabelas para esclarecer e relatar as formas de utilização destes incentivos e a forma como as micro empresas administram este benefício, causando um efeito contraditório ao objetivo da lei que é de gerar empregos.

As leis usadas para base da análise e discussão serão: Lei 9.732 de 11.12.1998; Lei 9.317 de 06.12.1996; Decreto Lei 2.953/97; Lei 11.580/96; Decreto 246 de 29.01.2003 e Lei 9.841 de 05.10.1999.

3. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

A economia brasileira acumulou, nas duas últimas décadas, um conjunto de distorções e ineficiências que compromete seriamente o desempenho e a competitividade dos agentes econômicos. A face mais perversa dessas distorções acha-se expressa no sistema tributário brasileiro, com seu caráter regressivo, injusto, cumulativo, complexo e inibidor das atividades e investimentos produtivos, compreendendo 61 impostos, taxas e contribuições; 93 obrigações acessórias; são editadas anualmente mais de 300 normas anuais (leis, decretos e portarias – 55.767 artigos e 33.374 parágrafos).

Diante do quadro cumulativo de obrigações impostas ao contribuinte, é mister ter conhecimento de como tudo começou, por isso inicia-se o desenvolvimento da pesquisa com o histórico da tributação brasileira e seu órgão provedor a Secretaria da Receita Federal, apresentando um estudo sobre a Legislação Federal, enfocando a Lei 9.317/96, que regulamenta o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos – SIMPLES.

3.1. HISTORICO SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

O estudo da tributação tem sua origem associada ao estudo da ciência Econômica. Muito embora só houvesse tido consistência nos três últimos séculos, os estudos tributários tiveram, desde a Antigüidade, precursores que incidentalmente comentaram aspectos da atividade impositiva ou discutiram medidas que hoje se caracterizam como legislação tributária. As mais remotas tradições, neste assunto, são as mesmas da origem do estudo da economia. Xenofontes escreveu diversos ensaios sobre a agricultura e o sistema tributário, reunindo em “As formas de

Aumentar as Receitas de Atenas” (355 A.C.) suas principais idéias sobre economia e tributação (BALEEIRO, 1981, p.26). Eram, contudo, idéias sem um ordenamento científico. Na Idade Média, no século XIII, São Tomás de Aquino admitia a tributação em caso de escassez das rendas patrimoniais dos príncipes e aconselhava a constituição do tesouro como reserva para os maus dias. Mateo Palmieri defendia a proporcionalidade dos tributos. Conforme Baleeiro (1981), na renascença e início da Idade Moderna aparecem pensadores como Diomedes Carafa e Machiavelli. Machiavelli, em vários tópicos de suas obras, ocupou-se das receitas, mas condenava os excessos fiscais. Guicciardini, historiador, já estudava os pontos positivos e negativos dos impostos proporcionais e progressivos, transmitindo-nos todas as idéias de seu tempo acerca deste assunto no discurso sobre a “Decima Scalata”.

No século XVI, prolongando-se até o século XVIII, já duas correntes contribuíram para o incremento dos estudos tributários. A primeira delas é a dos mercantilistas, precursores da Economia Política, notadamente na Inglaterra, com Willian Petty, autor de “A Treatise of Taxes and Contributions”, em 1662, primeiro livro em inglês dedicado ao assunto. Na França, Jean Bodin arrolou as fontes de receita do Estado nos “Six Livres de la République”, publicado em 1576. Os Cameralistas, como Sonnenfels e Von Justi, na Alemanha, também contribuíram para os estudos fiscais. Von Justi, o mais destacado cameralista, fez a distinção entre impostos e taxas e expôs os quatro princípios que se celebrizariam depois de formulados por Adam Smith (BALEEIRO, 1981, p.12). Em oposição aos mercantilistas, manifestaram-se os Fisiocratas, principalmente com o Dr. Quesnay e o Marquês de Mirabeau, autor da “Théorie de l'impôt, em 1760. É considerado o fundador desta escola da economia o Dr. Quesnay, cuja obra principal, “Tableau Économique”, de 1758, defendia a substituição dos vários impostos da época por um

imposto único sobre a renda da terra. Paralelamente a esses pensadores liberais da França, outra corrente surgia através de Adam Smith, cuja famosa obra “A Inquiry into the nature and causes of the Wealth of Nations”, de 1776, dedica a quinta e última parte às questões tributárias. Conferem-lhe o mérito de ter sido o primeiro estudo orgânico sobre a atividade fiscal, envolvendo investigações sobre os sistemas tributários antigos, sobre a receita e até sobre a repercussão dos impostos. Adam Smith, seria assim, segundo uma opinião quase generalizada, o pai, não só da Economia Política, senão também da Ciência das Finanças e da Tributação (BALEEIRO, 1981, p.14). No século XIX, a tradição de Adam Smith seria continuada por David Ricardo, autor dos “Principles of Political Economy and Taxation”, de 1817, cujas doutrinas ainda são discutidas até hoje, Mac Culloch, Nassau Sênior e J. Stuart Mill.

As Escolas Econômicas, mercê da origem comum das duas disciplinas e também pelo aspecto econômico dos fenômenos tributários, exerceram influência sensível sobre a Tributação. Foi o caso das Escolas de Viena, a Matemática, a de Cambridge e a Sueca.

Durante o século XX o estudo da Tributação ganhou certa autonomia e foi enriquecido por inúmeras obras, tratados e monografias, abordadas tanto no aspecto econômico (com destaque para a obra de Keynes) como no jurídico. Em 1919, na Alemanha, surgiu a primeira codificação de tributos do mundo – a “Reichsabgabenordnung”, cujo projeto foi de Eno Becker. Após o código alemão (designado pelas iniciais R.A.O), vários países se esforçaram para codificar sua legislação tributária (BALEEIRO, 1981, p.31).

Na primeira parte do século XIX, o estudo da Tributação na América e no Brasil, liam-se nas Américas os livros de finanças e tributação escritos na Europa. As primeiras obras americanas refletem inteiramente a cultura européia. No fim do

século XIX já se contavam pesquisas tributárias nos EUA, especialmente com Edwin Seligman, que chegou a influenciar o pensamento europeu. Na Argentina, despontava a tradição de Terry e Quesada. No século XX, professores eminentes da Europa, como Jéze e Griziotti, lecionaram nas universidades argentinas. Podem ser mencionados, ainda, Flores Zavala e A. Porras y Lopez no México, Valdez Costa no Uruguai, Vazquez na Bolívia, Lane e Vergara no Chile, e vários outros (Baleeiro, 1981, p.14). As primeiras obras sobre Finanças e Tributação no Brasil, ao contrário da orientação econômica da Europa, assumiram caráter jurídico. Destacam-se, no século XIX, os trabalhos de Ferreira Borges, em 1831, de José Antônio Silva Maia, em 1841, de Candido Oliveira, em 1842, de Pereira de Barros, em 1855, de Castro Carreira (“História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação”), em 1889 e de Amaro Cavalcanti, em 1896. Provavelmente, segundo Baleeiro (1981, p.16), foram os “Princípios de Sintelologia”, de José Ferreira Borges, o primeiro livro sobre tributos lido no Brasil.

Segundo Ferreira Borges (1981, p.162), no início do século XX, Veiga Filho elaborou seu “Manual da Ciência das Finanças” e Augusto Olímpio Viveiros de Castro escreveu seu famoso “Tratado dos Impostos”. Viveiros de Castro também foi autor da importante obra “História Tributária do Brasil”, de 1915. Posteriormente destacaram-se estudos de Dídimo A. da Veiga, Alberto Deodato, Rubens Gomes de Souza, Amílcar de Araújo Falcão, Gérson Augusto da Silva, Geraldo Ataliba e Aliomar Baleeiro, entre outros.

No Rio Grande do Sul, estudos específicos sobre tributação, resgatando momentos da história tributária gaúcha foram feitos pelos Fiscais de Tributos Estaduais, professores Raymundo Ferreira Guimarães e Eugenio Lagemann. Além destes, destaca-se o nome da historiógrafa Márcia Eckert Miranda, do Arquivo

Histórico do Rio Grande do Sul e Professora do Centro de Ciências Econômicas da Unisinos.

3.1.1. Histórico da Receita Federal

De acordo com a evolução da atividade econômica brasileira, a administração tributária foi se transformando até resultar na atual Secretaria da Receita Federal.

O surgimento da Secretaria da Receita Federal representou um significativo avanço na facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, contribuindo para o aumento da arrecadação no final dos anos 60. Houve uma expressiva elevação da carga tributária nacional, que se situava entre 16% e 18% do Produto Interno Bruto (PIB) no início da década, e atingiu níveis superiores a 24% do PIB após 1968.

- 1534 - criação das primeiras repartições tributárias no Brasil: as Provedorias da Fazenda Real, extintas em 1770 pela Coroa Portuguesa, que passou a centralizar a administração tributária do seu império por meio do Erário Régio. As provedorias locais foram transformadas nas Juntas da Real Fazenda, passando a subordinar-se diretamente ao Erário Régio.
- 1808 - vinda da família real para o Brasil, com a criação do Conselho da Fazenda, subordinado ao Erário Régio, já no Brasil, para administrar a arrecadação e a fiscalização de impostos.
- 1824 - criação do Ministério da Fazenda e do Tribunal do Tesouro Público (transformado, em 1831, no Tribunal do Tesouro Nacional)
- 1850 - no âmbito do Tribunal do Tesouro Nacional surgiu a Diretoria Geral das Rendas Públicas, órgão especializado na administração

tributária (alterada para Diretoria das Rendas Públicas em 1892 e Diretoria da Receita Pública em 1909)

- 1934 - a administração tributária passa a ser exercida pela Direção Geral da Fazenda Nacional , constituída pelos Departamentos de Rendas Internas, Rendas Aduaneiras e Imposto de Renda. A estrutura de funcionamento era plurifuncional, cada um administrando os tributos de sua competência e exercendo as atividades de tributação, fiscalização, arrecadação e apoio administrativo.

- 1968 - criação da Secretaria da Receita Federal, instituída pelo Decreto 63.659/68, em substituição à antiga Direção-Geral da Fazenda Nacional, como fruto das reformas do período 65/67, que adaptaram a administração tributária ao rápido crescimento econômico vivenciado pelo País.

3.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

De acordo com a legislação vigente (Lei Federal nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, publicada no DOU em 06/12/96, pág. 25.973/7), para uma empresa poder optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos – SIMPLES- esta deverá ter faturamento anual igual ou inferior a R\$ 720.000,00. O Artigo segundo da referida Lei, em seus incisos I e II, explicita o porte da empresa, conforme segue:

I – micro empresa, é a pessoa jurídica que tenha auferido no ano–calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - Empresa de pequeno porte, é a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano–calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

No caso de início de atividade no próprio ano- calendário (01 de janeiro à 31 de dezembro) os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica exercer sua atividade no próprio ano- calendário, sendo desconsideradas as frações de meses.

A Lei 9.317, em seu artigo 2º, § 2º, considera como receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concluídos.

As empresas que fazem opção pelo regime SIMPLES, de acordo com o artigo 3º, § 1º da legislação em vigor, estão sujeitas ao pagamento mensal unificado de alguns impostos e contribuições, que se segue:

a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ;

b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP;

c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL;

d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

e) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI;

f) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam a Lei Complementar no 84, de 18 de janeiro de 1996, os art. 22 e 22A da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 e o art. 25 da Lei no 8.870, de 15 de abril de 1994. (Redação dada pela Lei nº 10.256, de 9.10.2001) (Vide Lei 10.034, de 24.10.2000).

No parágrafo 2º, do artigo 3º, explicita que, não será excluída a incidência dos impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas, que abaixo se seguem:

a)Imposto sobre Operações Financeiras, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários- IOF;

b)Imposto sobre importação de Produtos Estrangeiros;

c)Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de produtos, nacionais ou nacionalizados;

d)Imposto de renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;

e)Imposto sobre a propriedade territorial rural;

f)Contribuição provisória sobre a movimentação financeira;

g)Contribuição para o fundo de garantia do tempo de serviço;

h)Contribuição para a seguridade social, relativa ao empregado.

As empresas inscritas na forma de tributação SIMPLES estão dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as destinadas ao SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, a seus congêneres, assim como às relativas ao salário-educação.

O capítulo IV, artigo 5º da Lei nº 9.317, que define o valor devido mensalmente pelas micro empresas, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, dos seguintes percentuais:

a)até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): 3% (três por cento);

b)de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): 4% (quatro por cento);

c) de R\$ 90.000,01 (noventa mil reais e um centavo) a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): 5% (cinco por cento).

Caso a micro empresa também seja contribuinte de IPI, os percentuais referidos serão acrescidos de meio ponto percentual (0,5%).

Já no que diz respeito às empresas de pequeno porte, o valor devido mensalmente por estas, será determinado mediante a aplicação sobre a receita bruta mensal auferida dos seguintes percentuais.

a) Até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);

b) De R\$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento);

c) De 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);

d) De R\$ 480.000,01 (quatrocentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 600.000,00 (seiscientos mil reais) 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);

e) De R\$ 600.000,01 (seiscientos mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 7% (sete por cento);

Se a empresa de pequeno porte também for contribuinte do IPI, os percentuais acima citados serão acrescidos de meio ponto percentual (0,5%), como nas regras para as microempresas.

É vedado ainda à opção pela forma de tributação no regime SIMPLES às micro empresas que no ano anterior tenham tido um faturamento bruto superior à R\$

120.000,00 e no caso das empresas de pequeno porte, que tenham tido faturamento bruto superior a R\$ 720.000,00.

Também segundo a Lei nº 9.317, não é permitida a opção pelo regime de tributação SIMPLES à empresa que realize operações relativas à importação de produtos estrangeiros ou que obtenha receita decorrente da venda de bens importados superior a 50% de sua receita bruta total. Existem ainda outras restrições que impedem a opção pelo regime de tributação SIMPLES, mas que para o estudo proposto perdem a relevância.

O mesmo diploma legal, em seu artigo 30, veda para a micro empresa e empresa de pequeno porte a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem como a apropriação ou transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.

3.3. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil cerca de 3,5 milhões de empresas, das quais 98% são de micro e pequeno porte.

Com base nos dados disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE e Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), é possível afirmar que as atividades típicas de micro e pequenas empresas mantêm cerca de 35 milhões de pessoas ocupadas em todo o país, o equivalente a 59% das Pessoas Ocupadas no Brasil, incluindo neste cálculo Empregados nas MPEs, Empresários de Micro e Pequenas Empresas e os

“Conta Própria” (indivíduo que possui seu próprio negócio mas não tem empregados).

O número de MPEs industriais exportadoras se aproxima de 4.000 empresas, que exportam anualmente cerca de US\$ 800 milhões. O resultado do faturamento das MPEs chega a valores que giram em torno de 20% (vinte por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Tabela 1 - Participação das MPEs na Economia Brasileira

VARIÁVEL	AS MPE'S NO BRASIL (EM %)
Número de Empresas	98 %
Pessoal Ocupado	59%
Faturamento	28%
PIB	20%
Número de Empresas Exportadoras	29%
Valor das Exportações	1,7%

Fonte: Dados do IBGE, FUNCEX, PNAD e RAIS/MTE (1994, 1995 e 1996)

3.3.1. Enquadramento, Formalização e Obrigações das Micro e Pequenas Empresas

O tratamento jurídico diferenciado, aplicado às micro e pequenas empresas, é previsto pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 179 e há muitos anos é tratado de forma relevante pela legislação de nosso país.

Deste modo, para atendimento ao disposto em nossa Carta Magna, foram publicados vários diplomas legais, tanto em âmbito federal, quanto em âmbitos estadual e municipal, visando a simplificação ou, mesmo, a redução ou eliminação das obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias das microempresas e das empresas de pequeno porte.

Entretanto, dúvidas existem em como definir melhor o porte da empresa, qual a melhor natureza jurídica de sua constituição, assim como quais as obrigações

contábeis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias a que estão sujeitas as micro e pequenas empresas.

3.3.2. Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Inicialmente, deve-se observar, as microempresas e empresas de pequeno porte possuem dois regimes de tratamento jurídico diferenciado e simplificado:

a) o da Lei 9.841, de 05/10/1999 (Estatuto da Micro e Pequena Empresa), aplicado nos campos administrativo, trabalhista, previdenciário, creditício e de desenvolvimento empresarial; e

b) o da Lei 9.317, de 05/12/1996 (SIMPLES), aplicado no campo tributário. Em regra, os Estados e Municípios que não firmaram convênio com a União, para adoção do SIMPLES em suas competências tributárias, também possuem regimes tributários simplificados próprios.

Veja, a seguir, os procedimentos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte para efeito do tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, trabalhista, previdenciário, creditício e de desenvolvimento empresarial:

3.3.3. Empresas já constituídas

A pessoa jurídica ou firma mercantil individual que, mesmo antes da promulgação da Lei 9.841, de 05/10/1999, preenchia os seus requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, excetuadas as já enquadradas no regime jurídico anterior, comunicará esta situação, conforme o

caso, à Junta Comercial ou ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para fim de registro, mediante simples comunicação, da qual constarão:

- a) a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte;
- b) o nome e demais dados de identificação da empresa;
- c) a indicação do registro de firma mercantil individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;
- d) a declaração do titular ou de todos os sócios de que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, o limite fixado na legislação, respectivamente para microempresa ou para empresa de pequeno porte (incisos I ou II do artigo 2º da Lei 9.841, de 05/10/1999), conforme o caso, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º da mesma Lei.

3.3.4. Empresas em constituição

Tratando-se de empresa em constituição, deverá o titular ou sócios, conforme o caso, declarar a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, que a receita bruta anual não excederá, no ano da constituição, o limite fixado na legislação, respectivamente para microempresa ou para empresa de pequeno porte (incisos I ou II do artigo 2º da Lei 9.841, de 05/10/1999), conforme o caso, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º desta mesma Lei.

3.3.5. Simplificação do arquivamento dos atos constitutivos nos órgãos de registro

O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de firmas mercantis individuais e de sociedades que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o arquivamento de suas alterações, é dispensado das seguintes exigências:

- a) certidão de inexistência de condenação criminal (exigida pelo inciso II do art. 37 da Lei no 8.934, de 18/11/1994), que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;
- b) b) prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza, salvo no caso de extinção de firma mercantil individual ou de sociedade.

Não se aplica, também, às microempresas e às empresas de pequeno porte a exigência do visto do advogado no Contrato Social (conforme disposto no § 2º do artigo 1º da Lei 8.906, de 04/07/1994).

3.3.6. Uso das expressões "ME" e "EPP"

Feita a comunicação e independentemente de alteração do ato constitutivo, a microempresa adotará, em seguida ao seu nome, a expressão "microempresa" ou, abreviadamente, "ME" e a empresa de pequeno porte a expressão "empresa de pequeno porte" ou "EPP", privativo de microempresa e de empresa de pequeno porte o uso destas expressões.

O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do tratamento jurídico diferenciado e simplificado, no campo tributário, é apresentado nos estudos dos respectivos assuntos, na página sobre "tributos".

3.3.7. Escrituração de Livros Obrigatórios

São obrigatórias a escrituração e a manutenção dos seguintes livros pelas empresas:

- a) Livros Comerciais
- b) Diário
- c) Razão

OBS.: A legislação do IR tem dispensado a escrituração comercial para empresas optantes pelo SIMPLES ou pela tributação com base no Lucro Presumido, desde que seja escriturado o Livro Caixa, contendo toda a movimentação financeira da empresa, inclusive bancária. Entretanto, é importante alertar que, além de uma necessidade GERENCIAL, a escrituração comercial é uma exigência expressa em outras legislações vigentes, como no Código Comercial Brasileiro, no Código Tributário Nacional, na Lei das Sociedades por Ações (que atende também a outros tipos de sociedades), na Lei de Falências e Concordatas, na Legislação Previdenciária, bem como na Legislação Profissional da Contabilidade (constante das Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas por meio de Resoluções do CFC – Conselho Federal de Contabilidade).

- a) Livros Fiscais
- b) LRE - Livro Registro de Entradas
- c) LRS - Livro Registro de Saídas

d)Livro de Registro de Apuração do IPI

e)Livro de Registro de Apuração do ICMS

f)LRI - Livro Registro de Inventário

g)Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque (industriais, equiparados a industriais e atacadistas)

h)Livro Registro de Selo Especial de Controle (utilizado nas hipóteses previstas na legislação do IPI)

i)Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências

j)Livro de Impressão de Documentos Fiscais (em geral, estabelecimentos gráficos)

K)LMC - Livro de Movimentação de Combustíveis (postos revendedores de combustíveis)

l)Livro Registro da Prestação de Serviços

m)Livros Trabalhistas

n)Livro de Inspeção do Trabalho

o)Livro Registro de Empregados

3.3.8. Espécies e Naturezas Jurídicas das Empresas

A constituição de uma empresa depende de uma série de providências, bem como da inscrição em vários órgãos públicos, podendo ser adotadas as seguintes espécies jurídicas:

a) Firma Mercantil Individual

É a forma em que o Titular responde pelo próprio negócio. Não há sócios. O nome da empresa é o nome do empresário, por extenso ou abreviado. Nesta modalidade de constituição, a responsabilidade da Pessoa Física é ilimitada, pois, responde com seus bens pessoais pelos atos da Pessoa Jurídica.

b) Sociedade

A Sociedade é a forma de constituição de empresas em que duas ou mais pessoas, juridicamente capazes, se reúnem contratualmente para a exploração de um objetivo comum. Os principais tipos de sociedade são:

a) a Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada; e

b) a Sociedade por Ações (chamada também de Companhia ou de Sociedade Anônima).

Os dois tipos de sociedade citados possuem responsabilidade limitada, ou seja, os sócios respondem pela empresa até o montante do capital social.

As sociedades, na área privada, dividem-se, ainda, de acordo com sua essência (natureza jurídica), em:

a) Sociedades Cíveis; e

b) Sociedades Comerciais (Mercantis).

As sociedades civis são constituídas para praticarem atividades de prestação de serviços, com ou sem fins lucrativos.

As sociedades comerciais são empresas constituídas para exercer atividades mercantis, ou seja, atividades agropecuárias, industriais ou comerciais.

Vale observar, porém, que mesmo que a sociedade tenha natureza civil, quando constituída sob a forma de sociedade anônima, assume caráter mercantil, para efeitos legais.

O registro da empresa inicia com o arquivamento dos seus atos constitutivos em um dos órgãos a seguir:

JUCEPR - Junta Comercial do Estado do Paraná: órgão responsável pelo registro da firma individual e das sociedades comerciais; ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Físicas e Jurídicas: órgão que faz o registro das sociedades civis.

Em seguida, em diversos órgãos são exigidos outros registros, conforme a atividade e dependendo das características da empresa, conforme abaixo:

- a)Secretaria da Receita Federal (CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas);
- b)Corpo de Bombeiros;
- c)Prefeitura Municipal (Alvará de Licença e Funcionamento);
- d)Secretaria de Estado da Fazenda (Inscrição Estadual);
- e)Prefeitura Municipal (Cadastro Mobiliário de Contribuintes);
- f)INSS - Instituto Nacional do Seguro Social;
- g)Sindicato Patronal;
- h)Outros Órgãos Públicos e Entidades de Classe (Inspeções, Registros, Licenças, etc).

3.3.9. Como ser identificadas por terceiros, as pessoas jurídicas inscritas no Simples?

As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, optantes pelo Simples, deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça essa condição.

A placa indicativa deverá ter dimensões de, no mínimo, 297 mm de largura por 210 mm de altura e conterá, obrigatoriamente, o termo "Simples" e a indicação "CNPJ nº.....", na qual constará o número de inscrição completo do respectivo estabelecimento. (IN SRF nº 250/2002, art. 32)

NOTAS: A placa indicativa a que se refere pode ser confeccionada pelo contribuinte, usando papel e caneta, desde que preenchida em letra de forma legível e sem rasuras, com observância das determinações legais.

O descumprimento dessa obrigatoriedade sujeitará a pessoa jurídica à multa de 2% (dois por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o Simples, no próprio mês em que for constatada a irregularidade, devendo ser aplicada, mensalmente, enquanto perdurar a infração (Lei nº 9.317/1996, art. 20 e parágrafo único, e IN SRF nº 250/2002, art. 38).

3.4. EXCLUSÃO DO SIMPLES E A PERDA DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE?

A exclusão do Simples poderá ocorrer (IN SRF nº 250/2002, art. 22 e 23):

1) por opção da própria pessoa jurídica, quando a mesma, espontaneamente e a qualquer tempo, desejar sair do sistema, vez que a adesão ao Simples constitui-se em uma faculdade legal;

2) obrigatoriamente, quando ela incorrer nas situações excludentes previstas na legislação, isto é, incluir-se em qualquer das hipóteses para as quais é vedada a opção pelo Simples, ou ainda, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), multiplicados pelo número de meses de funcionamento. A partir de 1º/1/1999

(Lei nº 9.732/1998) esse limite passou a ser de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). A Microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) estará excluída do Simples nessa condição, podendo inscrever-se como Empresa de Pequeno Porte, mediante alteração cadastral;

3) de ofício nas hipóteses citadas na questão seguinte.

Poderá ocorrer a exclusão de ofício da empresa optante pelo Simples nas seguintes hipóteses:

a) quando não realizada a comunicação da pessoa jurídica, nos casos de exclusão obrigatória, previstos no inciso II e § 2º do art. 13 da Lei nº 9.317/1996;

b) quando a pessoa jurídica causar embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, assim como pelo não-fornecimento de informações, quando intimada, sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, própria ou de terceiros, e pela inocorrência nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 do CTN e art. 919 do RIR/1999;

c) quando a pessoa jurídica resistir à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;

d) quando a pessoa jurídica for constituída por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual;

e) quando verificada a prática reiterada de infração à legislação tributária;

f) quando da comercialização de mercadorias, objeto de contrabando ou descaminho;

g) quando a pessoa jurídica incorrer em crimes contra a ordem tributária, definidos na Lei nº 8.137, de 27/12/1990, com decisão definitiva.

NOTAS: 1) A exclusão de ofício dar-se-á mediante ato declaratório executivo da autoridade fiscal da Secretaria da Receita Federal que jurisdicione o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo (IN SRF nº 250/2002, art. 23 parágrafo único).

2) Uma prática é considerada reiterada se tiver sido adotada, pelo menos, por duas vezes. Exemplo: considera-se prática reiterada a emissão pela pessoa jurídica de duas "notas frias".

3) É necessária a decisão definitiva nos casos de crimes contra a ordem tributária, sendo, porém, retroativos os seus efeitos. Exemplo: crime contra a ordem tributária ocorrido em fevereiro de 2000, mas com decisão definitiva em novembro de 2001. A pessoa jurídica só poderá ser excluída em novembro de 2001, mas os efeitos da exclusão retroagirão a fevereiro de 2000.

As pessoas jurídicas que forem excluídas do Simples, por opção ou obrigatoriamente, deverão proceder à alteração cadastral com vistas à atualização da situação. A falta de comunicação ensejará a aplicação de penalidade correspondente a 10% (dez por cento) do total de impostos e contribuições devidos de conformidade com o Simples no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não podendo ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais), insusceptível de redução.

NOTA: Para excluir-se do Simples, por opção, a pessoa jurídica deverá efetuar comunicação, mediante alteração cadastral (FCPJ) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente.

Se a exclusão é obrigatória em face de ter sido ultrapassado os limites de receita bruta definidores do porte da empresa, ela deverá comunicar a sua exclusão até o último dia útil de janeiro do ano-calendário subsequente. Nas demais hipóteses de exclusão obrigatória, a pessoa jurídica deverá comunicar que incorreu em atividade impeditiva dos benefícios do Simples até o último dia útil do mês subsequente àquele em que o fato tiver ocorrido.

A comunicação em razão de excesso de receita bruta só será admitida até o início do procedimento de ofício, sujeitando a pessoa jurídica à multa de 10% (dez por cento) sobre o Simples devido no mês de dezembro (valor mínimo de R\$ 100,00). Neste período fica assegurada a condição de empresa de pequeno porte a partir de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que se deu o excesso em relação ao limite fixado para microempresas.

Iniciado o procedimento de ofício, a falta de alteração cadastral implicará a exclusão da pessoa jurídica do Simples, a partir do mês subsequente ao da ciência do ato declaratório executivo expedido pela Secretaria da Receita Federal.

A pessoa jurídica excluída do Simples, por opção, obrigatoriamente ou de ofício, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, sujeitar-se á às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, inclusive com relação à forma de apuração dos seus resultados, tomando como base as regras previstas para o lucro real, ou, quando seja permitido, opcionalmente, pelo lucro presumido, ou ainda, excepcionalmente, pelo lucro arbitrado, nas hipóteses previstas na lei fiscal.

A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do Simples deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens, existentes no último dia do último mês em que houver apurado o IPI

ou o ICMS, de conformidade com aquele sistema, e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subseqüentes. Na existência de convênio, poderão ser estabelecidas formas de aproveitamento dos créditos relativos ao ICMS (IN SRF nº 250/2002, art. 25). Não sendo contribuinte de IPI, a escrituração do Registro de Inventário deverá ser feita até o término do ano-calendário da mudança do sistema de tributação.

Se a empresa excluída do Simples em junho de 2002, com efeitos retroativos da exclusão para janeiro de 2002, pode aproveitar os créditos de IPI referentes a este período? Sim. Se os efeitos da exclusão retroagem a janeiro de 2002, a partir desta data, como os demais contribuintes do IPI, poderá aproveitar os créditos relativos as entradas das mercadorias.

A pessoa jurídica que seja resultante de cisão ou de qualquer outra forma de desmembramento não poderá optar pelo Simples, salvo em relação aos eventos ocorridos antes de 1º de fevereiro de 1997.

As pessoas jurídicas remanescentes da cisão (cindidas) não poderão optar pelo Simples, ressalvada a hipótese de já serem optantes por esta sistemática de pagamento quando da cisão. (IN SRF nº 250/2002, art. 20, § 10).

Os efeitos da exclusão do Simples dar-se-á (art. 24 da IN SRF nº 250/2002):

1) a partir do ano-calendário subseqüente:

a. no caso de a pessoa jurídica, espontaneamente, optar por ser excluída do sistema;

b. àquele em que foi ultrapassado o limite estabelecido para enquadramento como Microempresa ou como Empresa de Pequeno Porte;

2) a partir do início de atividade da pessoa jurídica, na hipótese em que o valor acumulado da receita bruta neste período seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), multiplicado pelo número de meses de funcionamento (Lei nº 9.732/1998).

3) a partir, inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados nos incisos II a VII do art. 23 da IN SRF nº 250/2002 (embaraço e resistência à fiscalização, constituição de pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas ou titular, prática reiterada à infração tributária, comercialização de mercadoria objeto de contrabando ou descaminho, incidência em crimes contra a ordem tributária com decisão definitiva);

4) a partir do mês subsequente àquele em que incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XVIII do art. 20 da IN SRF nº 250/2002 (prática de atividades vedadas);

5) a partir de 1º de janeiro de 2001, para as pessoas jurídicas inscritas no Simples até 12 de março de 2000, na hipótese de que trata o inciso XVIII do art. 20 da IN SRF nº 250/2002 (exercício da atividade de industrialização, por conta própria ou por encomenda, de bebidas e cigarros, classificados nos Capítulos 22 e 24, respectivamente, da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), sujeitos ao regime de tributação de que trata a Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989).

NOTA: Para as pessoas jurídicas enquadradas nas situações excludentes de que tratam os incisos III a XVII do art. 20 da IN SRF nº 250/2002, e que tenham optado pelo Simples até 27 de julho de 2001, o efeito da exclusão dar-se-á a partir:

a. do mês seguinte àquele em que se proceder a exclusão, quando efetuada em 2001;

b. de 1º de janeiro de 2002, quando a situação excludente tiver ocorrido até 31 de dezembro de 2001 e a exclusão for efetuada a partir de 2002.

3.4.1. Penalidades

As penalidades a que estão sujeitas as empresas enquadradas no Regime Simples (IN SRF nº 250/2002, art.36 a 39):

1) multa de 2% (dois por cento), incidente sobre o total dos impostos e contribuições devidos em conformidade com o Simples no próprio mês em que for constatada a irregularidade, relativamente à inobservância, por parte da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte, da obrigatoriedade da manutenção, nos seus estabelecimentos, de placa indicativa da sua condição de sua condição de optante pelo Simples. A multa será aplicada mensalmente, enquanto perdurar o descumprimento da obrigação a que se refere;

2) multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o total dos impostos e contribuições devidos em conformidade com o Simples, no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), relativamente ao descumprimento da obrigatoriedade de comunicação da exclusão da pessoa jurídica do Simples, nos prazos determinados no art. 13, § 3º da Lei nº 9.317/1996 e art.22 § 3º da IN SRF nº 250/2002.

A imposição das multas supramencionadas não exclui a aplicação, ao titular ou sócio da pessoa jurídica, das sanções previstas na legislação penal, em caso de declaração falsa, de adulteração de documentos e de emissão de nota fiscal, em desacordo com a operação efetivamente praticada.

São também extensivas às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte todas as penalidades previstas para o IRPJ, e, quando for o caso, aquelas previstas para o ICMS e o ISS, assim como as multas de lançamento de ofício, inclusive pelo atraso na entrega da declaração simplificada (2% ao mês ou fração,

sobre os tributos e contribuições informados na declaração simplificada, limitada a 20%, sendo seu valor mínimo de R\$ 200,00).

Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte, inscritas no Simples, as normas relativas aos juros e multas de mora e de ofício, previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS (IN SRF nº 250/2002 34/2001, art.36).

Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no Simples não poderão ser objeto de parcelamento. (Lei nº 9.317/96, art. 6º § 2º)

3.4.2. Mudança de Enquadramento

A ME que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 120.000,00, estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo mediante alteração cadastral, com a apresentação da FCPJ - código do evento 222, inscrever-se na condição de EPP. A alteração de enquadramento deverá ser efetuada até o último dia útil do mês de janeiro do ano calendário subsequente àquele que se deu o excesso de receita bruta.

2 - Empresa de Pequeno Porte para Microempresa

A empresa de pequeno porte inscrita no SIMPLES que auferir no ano-calendário imediatamente anterior receita bruta de até R\$ 120.000,00 poderá, mediante alteração cadastral, com a apresentação da FCPJ - código do evento 222, comunicar o seu enquadramento na condição de micro-empresa. A pessoa jurídica enquanto não efetuar a alteração permanecerá na condição de EPP, no entanto, se realizar a alteração cadastral, será enquadrada na condição de ME a partir do mês

subsequente à alteração, exceto no caso da alteração ocorrer no dia 1º até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário imediatamente seguinte ao ano-calendário em que a receita ficou dentro do limite de microempresa, será enquadrada na condição de ME a partir do dia 1º de janeiro do ano corrente.

3.4.3. Vedações à Opção

Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

1. Na condição de ME que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior à opção, receita bruta superior a R\$ 120.000,00;

OBS.: Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, o valor será de R\$ 10.000,00 multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses, exceto a fração do mês de dezembro, que será considerada.

2. Na condição de EPP que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior à opção, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00;

OBS.: Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, o valor será de R\$ 100.000,00 multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses, exceto a fração do mês de dezembro, que será considerada.

3. Constituída sob a forma de sociedade por ações;

4. Cujas atividades sejam: banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de

arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresa de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

5. Que se dedique à compra, à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

OBS.: A vedação à atividade de construção de imóveis, abrange as obras e serviços auxiliares e complementares da construção civil, tais como:

- a) a construção, demolição, reforma e ampliação de edificações;
- b) sondagens, fundações e escavações;
- c) construção de estradas e logradouros públicos;
- d) construção de pontes, viadutos e monumentos;
- e) terraplanagem e pavimentação;
- f) pintura, carpintaria, instalações elétricas e hidráulicas, aplicação de tacos e azulejos, colocação de vidros e esquadrias; e
- g) quaisquer outras benfeitorias agregadas ao solo ou subsolo.

6. Que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

7. Constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

8. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

9. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 1.200.000,00.

10. De cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

11. Locação ou administração de imóveis; armazenamento e depósito de produtos de terceiros; propaganda e publicidade, excluídos os veículos de

comunicação; factoring; prestação de serviço de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

12. Que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor ou assemelhados, e de qualquer profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

OBS.: Creches, pré-escolas, estabelecimentos de ensino fundamental, centros de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga, agências lotéricas e agências terceirizadas de correios foram excluídos da presente vedação (Lei 10.034, de 24.10.00 -DOU de 25.10.00 - art. 1º; alterado pela Lei 10.684, de 30/05/03 -DOU de 31/05/03 (edição extra) - art.24).

13. Que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei 7256/84, quando se tratar de ME, ou antes da vigência da Lei 9317/96, quando se tratar de EPP;

OBS.: Esta vedação não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades de importação de produtos estrangeiros, locação ou

administração de imóveis, armazenamento e depósito de produtos de terceiros, propaganda e publicidade (excluídos os veículos de comunicação), factoring e prestação de serviços de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra.

14. Que tenha débito inscrito em dívida ativa da União ou do INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

15. Cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10%, esteja inscrito em dívida ativa da União ou do INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

16. Que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência de Lei 9317/96;

17. Cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10%, adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados;

18. Que exerça a atividade de industrialização, por conta própria ou por encomenda, de bebidas e cigarros, classificados nos Capítulos 22 e 24, respectivamente, da Tabela de Incidência do IPI – TIPI, sujeitos ao regime de tributação de que trata a Lei nº 7.798, de 10/07/1989; mantidas até 31 de dezembro de 2000, as opções já exercidas.

3.4.4. Inclusão com Data Retroativa por Decisão Administrativa

Nos termos do Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 16, de 2 de outubro de 2002, temos que "o Delegado ou o Inspetor da Receita Federal, comprovada a ocorrência de erro de fato, pode retificar de ofício tanto o Termo de Opção (TO)

quanto a Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica (FCPJ) para a inclusão no Simples de pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), desde que seja possível identificar a intenção inequívoca de o contribuinte aderir ao Simples."

Como podemos observar são três as condições exigidas para que seja efetuada a retificação de ofício, a saber:

- a) erro de fato a ser retificado,
- b) intenção inequívoca de aderir ao SIMPLES,
- c) a adesão não ser vedada.

Erro de fato a ser retificado: Para se caracterizar o erro de fato a ser retificado é necessário que, minimamente, exista o substrato onde este erro ocorreu e será corrigido:

- a) A apresentação do Termo de Opção, devidamente recepcionada pela SRF; ou
- b) Existência no Sistema CNPJ, de FCPJ de inscrição onde pudesse ter sido realizado a opção pelo Simples que é o substrato necessário para justificar o erro de fato.

A intenção inequívoca de optar pelo SIMPLES é caracterizado pelos pagamentos mensais por intermédio do Documento de Arrecadação do Simples (Darf-Simples) e a apresentação da Declaração Anual Simplificada.

Adesão ao SIMPLES não incorrer em vedação: A pessoa jurídica não pode incorrer em nenhuma das hipóteses de vedação ao sistema.

Entre os itens a observar destacamos:

- a) compatibilidade da Natureza Jurídica da pessoa jurídica solicitante com o regime do SIMPLES, à época em que deveria ter sido feita a opção;

b) compatibilidade da atividade econômica da pessoa jurídica solicitante com o regime do SIMPLES, à época em que deveria ter sido feita a opção;

OBS.: Lembre-se que não poderão optar pelo Simples as pessoas jurídicas que, embora exerçam diversas atividades permitidas, também exerçam pelo menos uma atividade vedada, independentemente da relevância da atividade impeditiva.

c) pagamento ou parcelamento dos débitos inscritos em dívida ativa na PFN e no INSS, da pessoa jurídica solicitante, bem como de seus sócios ou seu titular, anteriores à data em que deveria ter sido feita a opção;

d) enquadramento, nos limites determinados pela legislação do SIMPLES, da receita bruta anual da pessoa jurídica solicitante;

e) inexistência de outras ocorrências impeditivas da opção, tais como:

1) sócio estrangeiro ou residente no exterior;

2) participação de entidade da administração pública ou de qualquer outra pessoa jurídica no capital da empresa solicitante; .

3) participação da empresa solicitante no capital de outra pessoa jurídica; e.

4) demais ocorrências previstas na Lei 9.317/96.

3.4.5. Inclusão com data retroativa por decisão administrativa: documentação necessária

1) Requerimento do contribuinte solicitando o enquadramento no SIMPLES em processo administrativo, datado e assinado pelo representante legal (O titular de firma individual, o dirigente da sociedade, sócio gerente, o preposto, conforme

definido nas normas reguladoras do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, ou procurador legalmente habilitado);

2) Cópia simples do contrato social e alterações posteriores (ato constitutivo formalizados durante o período de opção no SIMPLES, objetivando comprovar as atividades econômicas exercidas pela pessoa jurídica);

3) Cópia simples do documento de identidade do representante legal, para conferência de assinatura;

4) Anexar os documentos comprobatórios de sua intenção quanto à opção.

São documentos hábeis à comprovação da intenção:

- a) FCPJ em que seja informado o porte da empresa ou os tributos de que é contribuinte; ou
- b) Termo de Opção devidamente recepcionado;
- c) DARF e declarações simplificadas - não precisam ser juntados ao processo, por constarem dos sistemas da SRF.

Se o requerimento for assinado por procurador, anexar:

Cópia, autenticada ou acompanhada do original, de procuração particular com firma reconhecida ou de procuração pública. Deverá ser apresentado documento original e cópia simples deste, que comprove a assinatura do outorgado.

3.4.6. Exemplos de Atividades Vedadas

A relação de atividades vedadas ao SIMPLES, abaixo, é meramente exemplificativa - não é exaustiva, já que alguma atividade ainda não contemplada nesta lista poderá estar alcançada pelas vedações previstas na legislação do Simples.

Tabela 2: Exemplos de Atividades Vedadas ao Simples

Nº	ATIVIDADES VEDADAS AO SIMPLES
1	Academias de dança
2	Academias de ginástica
3	Administração de imóveis por conta de terceiros
4	Administração de obras
5	Administração de royalties e de franchising
6	Administração pública em geral
7	Administradora de mercados de balcão organizados
8	Administradoras de cartão de crédito
9	Administradoras de carteiras de títulos e valores para terceiros
10	Administradoras de consórcios
11	Agência de notícias e atividade de jornalista
12	Agência de publicidade e propaganda
13	Agenciamento e locação de espaços publicitários
14	Agências de desenvolvimento
15	Albergues assistenciais
16	Armazéns gerais
17	Asilos
18	Assessoria a atividades agrícolas e pecuárias
19	Associações de poupança e empréstimo
20	Atividades auxiliares da justiça
21	Atividades de apoio à administração pública
22	Atividades de assessoria em gestão empresarial
23	Atividades de atendimento a urgências e emergências
24	Atividades de atendimento hospitalar
25	Atividades de auditoria contábil
26	Atividades de banco de dados
27	Atividades de bibliotecas e arquivos
28	Atividades de clínica médica (clínicas, consultórios e ambulatórios)
29	Atividades de clínicas odontológicas (clínicas, consultórios e ambulatórios)
30	Atividades de comissária
31	Atividades de compra e venda, loteamento e incorporação de imóveis por conta própria
32	Atividades de contabilidade
33	Atividades de emissão de vales alimentação, transporte e similares
34	Atividades de limpeza e conservação de imóveis
35	Atividades de manutenção do físico corporal
36	Atividades de produção de filmes e fitas de vídeo - exceto estúdio cinematográficos
37	Atividades de produção de filmes e fitas de vídeo, exclusive estúdios fotográficos
38	Atividades de prospecção geológica
39	Atividades de terapias alternativas
40	Atividades de vigilância e segurança privada
41	Atividades dos laboratórios de análises clínicas
42	Atividades dos laboratórios de anatomia patológica/citológica
43	Atividades ligadas à corrida de cavalos
44	Auditoria e consultoria atuarial
45	Banco central
46	Bancos comerciais

47	Bancos cooperativos
48	Bancos de desenvolvimento
49	Bancos de investimentos
50	Bancos múltiplos (com carteira comercial)
51	Bancos múltiplos (sem carteira comercial)
52	Bolsa de mercadorias
53	Bolsa de mercadorias e futuros
54	Bolsa de valores
55	Caixas de financiamento de corporações
56	Caixas de liquidação de mercados bursáteis
57	Caixas econômicas
58	Cartório
59	Centros de reabilitação para dependentes químicos com alojamento
60	Centros de reabilitação para dependentes químicos sem alojamento
61	Clube de seguros
62	Clubes de investimento
63	Companhias de teatro
64	Companhias hipotecárias
65	Condomínio de prédios residenciais ou não
66	Conservação de lugares e edifícios históricos
67	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
68	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
69	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
70	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
71	Construção de estações e redes de telefonia e comunicações
72	Construção de obras de prevenção e recuperação do meio ambiente
73	Construção de rede de transporte por dutos
74	Construção de redes de água e esgoto
75	Construção, manutenção e reparação de redes de esgoto
76	Consultoria e/ou assessoria em sistemas de informática
77	Cooperativas de crédito mútuo
78	Cooperativas de crédito rural
79	Correio Nacional
80	Corretagem e avaliação de imóveis
81	Corretoras de câmbio
82	Corretoras de contratos de mercadorias
83	Corretoras de títulos e valores mobiliários
84	Corretores e avaliadores de seguros
85	Cursos de aprendizagem e treinamento gerencial e profissional
86	Cursos de idiomas
87	Cursos de informática
88	Cursos de informática
89	Cursos de línguas estrangeiras
90	Cursos de pilotagem
91	Cursos ligados às artes e cultura
92	Cursos ligados às artes e cultura
93	Cursos preparatórios para concursos
94	Defesa
95	Defesa civil
96	Demolição de edifícios e outras estruturas

97	Desenvolvimento de programas de informática
98	Desenvolvimento de software sob encomenda e outras consultorias em software
99	Desenvolvimento e edição de software pronto para uso
100	Despachantes aduaneiros
101	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários
102	Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)
103	Edificações em geral
104	Educação média de formação geral
105	Educação média de formação técnica e profissional
106	Educação profissional de nível técnico
107	Educação profissional de nível tecnológico
108	Educação superior
109	Educação Superior - Graduação
110	Educação Superior - Graduação e pós-graduação
111	Educação Superior - Pós-graduação e extensão
112	Educação supletiva
113	Emissão de vales alimentação, transporte e similares
114	Empresa de arrendamento mercantil
115	Engarrafamento e gaseificação de águas minerais
116	Ensaio de materiais e de produtos; análise de qualidade
117	Ensino a distância
118	Ensino de esportes
119	Ensino em auto-escolas e cursos de pilotagem
120	Ensino médio
121	Escritórios de representação de bancos estrangeiros
122	Estúdios cinematográficos
123	Exploração de salas de espetáculos
124	Fabricação de cervejas e chopes
125	Fabricação de cigarros e cigarrilhas
126	Fabricação de fumo em rolo ou em corda e outros produtos do fumo
127	Fabricação de refrigerantes
128	Fabricação de vinho
129	Fabricação, retificação, homogeneização e mistura de aguardente de cana-de-açúcar
130	Fabricação, retificação, homogeneização e mistura de outras aguardentes e bebidas destiladas
131	Factoring
132	Fundos de investimento - exceto previdenciários
133	Fundos de investimento previdenciários
134	Fundos mútuos de investimento
135	Gerência de fundos diversos e caixa escolar
136	Gestão de direitos autorais
137	Gestão de instalações desportivas
138	Gestão de museus
139	Grandes estruturas e obras de arte
140	Holdings de instituições financeiras
141	Impermeabilização em obras de engenharia civil
142	Impermeabilização em obras de engenharia civil
143	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima
144	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material,
145	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material,
146	Instalação de sistemas de prevenção contra incêndio

147	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
148	Instalação e manutenção elétrica em edificações, inclusive antenas
149	Instalação e manutenção elétrica em edificações, inclusive elevadores, escadas, esteiras rolantes
150	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes,
151	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
152	Intermediários do comércio de peças e acessórios para motocicletas e motonetas
153	Justiça
154	Licenciamento, compra e venda e leasing de ativos intangíveis não financeiros - exceto direitos
155	Limpeza de cascos e manutenção de navios no porto
156	Locação de mão-de-obra
157	Locação ou administração de imóveis por conta própria
158	Manutenção de aeronaves na pista
159	Manutenção de equipamentos transmissores de rádio e televisão e de equipamentos para estações telefônicas, para radiotelefonia e radiotelegrafia, de microondas e repetidoras
160	Manutenção de estações e redes de telefonia e comunicações
161	Manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos de sistemas eletrônicos dedicados a automação industrial e controle do processo produtivo
162	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
163	Manutenção de redes e distribuição de energia elétrica
164	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, testes e controle - exceto equipamentos para controle de processos industriais
165	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos ópticos e cinematográficos
166	Manutenção e reparação de aparelhos e utensílios para usos médico-hospitalares, odontológicos
167	Manutenção e reparação de bombas e carneiros hidráulicos
168	Manutenção e reparação de caldeiras geradoras de vapor - exceto para aquecimento central e para veículos
169	Manutenção e reparação de compressores
170	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais
171	Manutenção e reparação de estufas e fornos elétricos para fins industriais
172	Manutenção e reparação de fornos industriais, aparelhos e equiptos não elétricos p/inst termicas
173	Manutenção e reparação de geradores de corrente contínua ou alternada
174	Manuten. e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para usos indl e com
175	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel, papelão
176	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplanagem e pavimentação
177	Manutenção e reparação de máq e equipamentos para a indústria alimentar, de bebidas e fumo
178	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil
179	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo
180	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais
181	Manutenção e reparação de máq e equiptos para as indústrias do vestuário e de couro e calçados
182	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não elétricas
183	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica - exceto máquinas-ferramenta
184	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta
185	Manutenção e reparação de motores elétricos
186	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos de uso específico
187	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos de uso geral
188	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipto de uso na extração mineral e construção
189	Manutenção e reparação de sistemas de intercomunicação e semelhantes - exceto telefones
190	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras p/ aquecimento central
191	Manutenção e reparação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes

192	Manutenção e reparação de tratores agrícolas
193	Manutenção e reparação de tratores de esteira e tratores de uso na extração mineral e construção
194	Manutenção e reparação de válvulas industriais
195	Manutenção, reparação e instalação de máquinas de escritório e de informática
196	Montagem de andaimes
197	Montagem de estruturas metálicas
198	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em obras viárias
199	Obras de acabamento em gesso e estuque
200	Obras de acabamento em gesso e estuque
201	Obras de alvenaria e reboco
202	Obras de alvenaria e reboco
203	Obras de irrigação
204	Obras de urbanização e paisagismo
205	Obras de urbanização e paisagismo
206	Obras marítimas e fluviais
207	Obras viárias
208	Orfanatos
209	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
210	Organização e exploração de atividades desportivas
211	Outras atividades auxiliares da intermediação financeira
212	Outras atividades auxiliares de intermediação financeira, não especificados anteriormente
213	Outras atividades auxiliares seguros e da previdência privada, não especificadas anteriormente
214	Outras atividades de atenção ambulatorial
215	Outras atividades de concessão de crédito
216	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
217	Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente
218	Outras atividades de intermediação financeira, não especificadas anteriormente
219	Outras atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica
220	Outras atividades de serviços profissionais da área de saúde
221	Outras atividades desportivas
222	Outras atividades relacionadas a organização do transporte de cargas
223	Outras atividades relacionadas a produção de filmes e fita de vídeos
224	Outras atividades relacionadas com a atenção à saúde
225	Outras companhias artísticas, exclusive teatro
226	Outras obras de acabamento da construção
227	Outras obras de acabamento em construção
228	Outras obras de engenharia civil
229	Outras obras e instalações
230	Outros cursos de educação continuada ou permanente
231	Outros depósitos de mercadorias de terceiros
232	Outros seguros não-vida
233	Outros serviços de propaganda e publicidade
234	Outros serviços especializados ligados as atividades artísticas
235	Outros serviços sociais com alojamento
236	Outros serviços sociais sem alojamento
237	Outros serviços técnicos especializados
238	Perfuração e construção de poços de água
239	Perfurações e execução de fundações em obras de construção civil
240	Peritos e avaliadores de seguros
241	Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais

242	Pesquisas de mercado e de opinião pública
243	Pintura para sinalização em obras viárias
244	Planos de auxílio funeral
245	Planos de saúde
246	Preparação de terrenos para obras
247	Previdência privada aberta
248	Produção de espetáculos circenses, marionetes e similares
249	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
250	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais
251	Regulação das atividades econômicas
252	Regulação das atividades sociais e culturais
253	Relações exteriores
254	Representações de bancos estrangeiros
255	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens
256	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, metais e produtos químicos industriais
257	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos industriais, embarcações e aeronaves
258	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias primas têxteis e produtos semi-acabados
259	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral (não especializados)
260	Representantes comerciais e agentes do comércio de móveis e artigos de uso doméstico
261	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores
262	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
263	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos não especificados anteriormente
264	Representantes comerciais e agentes do com. de têxteis, vestuário, calçados e artigos de couro
265	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos
266	Resseguros
267	Restauração de obras de arte
268	Securitização de créditos
269	Segurança e ordem pública
270	Seguridade social
271	Seguro de vida
272	Seguro saúde
273	Seguros de vida
274	Serviço de liquidação e custódia
275	Serviços advocatícios
276	Serviços de acupuntura
277	Serviços de banco de esperma
278	Serviços de banco de leite materno
279	Serviços de banco de órgãos
280	Serviços de banco de sangue
281	Serviços de decoração de interiores
282	Serviços de desenho técnico especializado
283	Serviços de diálise
284	Serviços de enfermagem
285	Serviços de fisioterapia e terapia ocupacional
286	Serviços de fonoaudiologia
287	Serviços de nutrição

288	Serviços de organização de eventos – exclusive culturais e desportivos
289	Serviços de pintura em edificações em geral
290	Serviços de pintura em edificações em geral
291	Serviços de psicologia
292	Serviços de quimioterapia
293	Serviços de raio-X, radiodiagnóstico e radioterapia
294	Serviços de remoções
295	Serviços de revestimentos e aplicação de resinas em interiores e exteriores
296	Serviços de revestimentos e aplicação de resinas em interiores e exteriores
297	Serviços de tradução, interpretação e similares
298	Serviços de vacinação e imunização humana
299	Serviços técnicos de arquitetura
300	Serviços técnicos de cartografia, topografia e geodésia
301	Serviços técnicos de engenharia
302	Serviços veterinários
303	Sociedade de crédito ao microempreendedor
304	Sociedades de capitalização
305	Sociedades de crédito imobiliário
306	Sociedades de crédito, financiamento e investimento
307	Sociedades de investimento
309	Sondagens destinadas à construção civil
310	Terraplanagem e outras movimentações de terras
311	Tratamento acústico e térmico
312	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Fonte: Secretaria da Receita Federal (2000)

3.5. O PAPEL DO SIMPLES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Com base na fundamentação legal em vigor no país, é notório os prejuízos sofrido pelas empresas tanto em esfera nacional como na estadual. Em esfera nacional o prejuízo se deve ao fato das empresas sofrerem limitação na transferência de crédito do IPI, e a nível estadual a interdição na transferência de crédito ocorre com o ICMS, ocasionando uma elevação nos custos, que incorre na perda de competitividade pois inviabilizam operações de vendas com empresas optantes pela tributação normal por não terem direito aos respectivos créditos de IPI e ICMS.

As alíquotas incidentes sobre produtos e serviços, das micros e pequenas empresas que fizeram opção pelo regime de tributação SIMPLES, impossibilitam a

participação na concorrência de vendas ao mercado externo, dificultando para o país a consolidação da imagem de exportador, uma das principais condições necessárias para o processo de internacionalização da economia, bem como déficits constantes na balança comercial brasileira.

No mercado interno, o grande obstáculo para as micro e pequenas empresas optantes pelo Simples, está conquista de novos mercados, devido a impossibilidade de transferências de créditos relativos ao ICMS e ao IPI, também na capacidade de geração de empregos, índices elevados de redução na receita, atrofia no desenvolvimento tecnológico, demonstrando a necessidade urgente de uma reforma fiscal, que venha a beneficiar as micro e as pequenas na conquista tanto do mercado interno como principalmente o mercado internacional, pois estas empresas apresentam um elevado potencial de exportação, condição favorável para a consolidação da imagem do Brasil como país exportador.

Devido a grande importância do assunto para o desenvolvimento econômico do país, foi elaborado um cenário composto de diversas simulações a cerca de benefícios oriundos da participação das micros e pequenas no mercado exportador, com vistas a redução do impacto sofrido diretamente pelas empresas e, indiretamente, pelo país como um todo. Os dados utilizados para a construção das simulações foram obtidos junto às Receitas Federal e Estadual.

3.5.1. Internacionalização da empresa

Para o senso comum a internacionalização da economia é o número cada vez maior de empresas atuando em território estrangeiro, na produção e distribuição de bens e/ou serviços, que deverão superar barreiras como a crescente rivalidade

internacional e a capacidade competitiva entre as empresas participantes deste processo (Canals, 1994: 53).

Dentro deste enfoque, PREVIDELLI, indica que:

.....o processo de internacionalização só deve ocorrer após a empresa e seus diferentes serviços terem transposto as etapas consideradas como preliminares e indispensáveis, principalmente (i) ter refletido sobre o seu próprio futuro e ter tomado consciência sobre o mesmo; (ii) ter compreendido a evolução técnica do setor ou segmento econômico na qual a empresa desenvolve suas atividades; (iii) ter compreendido a organização das empresas concorrentes para melhor agir em termos de comunicação e logística; (iv) ter adotado as normas de produção e de comportamento para poder lutar com igualdade de condições com a concorrência; (v) ser reconhecida como produtor de qualidade e (vi) quando for o caso, ter desenvolvido um serviço de pesquisa e desenvolvimento.(PREVIDELLI,1996, p. 47).

Tabela 3: Componentes Estratégicos do Processo de Internacionalização

Fatores de decisão	Fatores favorecendo a estratégia de internacionalização	Fatores penalizando a estratégia de internacionalização	Fatores interditando a internacionalização
Contexto institucional e legal	1.política industrial 2.política definida P&D 3.política de desenvolvimento profissional	1.estado centralizando todas as decisões 2.controle de câmbio	1.fiscalização desfavorecendo o repatriamento de capital.
Tecnologia da empresa e meios de produção	1.boa tecnologia ou tecnologia de ponta 2.equip.modernos 3. posse de um <i>know-how</i> técnico que possa ser vendido 4. capacidade disponível para exportar 5. economia de escala para racionalizar e deslocar centros de produção. 6.normas utilizadas em vigor nas indústrias mais modernas (por ex. ISO série 9000)	1.capacidade de produção em via de saturação 2.equip. produtivos em via de serem substituídos 3.produtividade insuficiente 4.parte da mão-de-obra muito importante na formação do preço de venda. 5.prioridade à investimentos p/ melhorar a posição em relação à concorrência	1.capacidade de produção saturada 2.equip. obsoleto 3.normas incompatíveis
Capacidade de financiamento	1.tesouraria com disponibilidades para pgto de curto prazo 2.margens confortáveis 3.invest.autofinanciados	1.tesouraria apoiando sobre os créditos dos fornecedores 2.financ.banc. de curto prazo muito elevados 3.prazos de vencimento muito próximos para empréstimos de médio e longo prazo	1.reservas de tesouraria insuficientes ou insignificantes 2. margens pequenas
	1.colaboradores tecnicamente bem forma-	1.pouca ou nenhuma experiência sobre	1.nenhum colaborador dispondo de qualifi-

Disponibilidade e qualidade dos recursos humanos	dos, disponíveis, suficientemente advertidos das dificuldades das ativid.internacionais. 2.exper.preliminar sobre mercado externo 3.viagens, contatos com profissionais. e com a concorrên. estrangeira	mercados externos 2.poucas relações com intermediários do comércio internacional 3.poucos colaboradores disponíveis tendo qualificação suficiente	cação 2.nenhuma abertura sobre os mercados externos 3.nenhum colaborador dominando 1 língua estrangeira, ex. Inglês
Elementos favoráveis e desfavoráveis sobre o mercado visado	1.mercado em expansão (ex. países do MERCOSUL) 2.países de blocos econômicos já consolidados (U.E. por ex.). 3.países de blocos econômicos em crescimento (ex. Sudoeste Asiático)	1.produto largamente importado no mercado visado 2.país endividado 3.matéria-prima inexistente no país visado.	1.sit. política instável 2.balança de pgto altamente deficitária podendo impedir o repatriamento de lucros e de capital
Produto	1.valor agregado importante ou muito importante. 2.curva de vida do produto em fase de crescimento, de saturação ou de declínio no mercado interno	1.produto em fase de lançamento no mercado nacional 2.produto com valor agregado muito baixo	1.produto ainda muito novo p/ ser rentável sobre um outro mercado, salvo se ele for de alta tecnologia 2.necessidade em via de extinção
Situação sobre o mercado interno	1.merc. em desenv. ou maduro oferecendo bom fluxo de caixa 2.parte de mercado importante 3.referências utilizáveis	1.mercado muito novo (será preciso direcionar esforço sobre o mercado interno, e esperar uma situação de estabilidade.	1.situação coml. deteriorada no mercado interno
Concorrência interna	1.fraca ou pouco agressiva, permitindo margens suficientes	1.concorrência agressiva sacrificando margem de contribuição.	1.prod. de substituição mais evoluídos e menos caros

FONTE: PREVIDELLI, J. J., 1996, p. 48.

A internacionalização de uma empresa requer uma visão de longo prazo, que favorecem a elaboração de um adequado planejamento estratégico, através da análise minuciosa de todos os componentes envolvidos em um determinado projeto ou ação. Previdelli (1996) faz a apresentação de um quadro contendo os principais componentes estratégicos do processo de internacionalização necessários nas atividades das referidas empresas que buscam a internacionalização.

Para Loureiro (1990), as decisões se caracterizam ou se convertem, para a empresa, como estratégias de alcance macroeconômico limitando suas ações a dois eixos , que são:

1. o primeiro consiste em identificar e relacionar as principais estratégias de internacionalização disponíveis em função dos objetivos maiores da empresa;
2. o segundo é determinado em função das competências que são necessárias criar e dos recursos que deverão ser mobilizados no exterior para que o sucesso possa ser atingido. Essas competências e esses recursos são de ordem comercial, industrial, tecnológicos, logísticos, humanos e financeiros. (LOUREIRO, 1990, p.57)

Para cada objetivo estabelecido uma série de estratégias serão elaboradas, sendo necessária uma priorização das que ofereçam maiores possibilidades de sucesso. Com relação ao aspecto financeiro do investimento de capital, De Leersnyder (1982), apresenta um cenário, Tabela 4, com duas posições distintas de macro-estratégias que poderão ser utilizadas pelas empresas: internacionalizar-se com ou sem imobilização de recursos financeiros no exterior.

Tabela 4: Macro-Estratégias e Estratégias de Ação no Processo de Internacionalização da Empresa

MACRO-ESTRATÉGIAS	ESTRATÉGIAS DE AÇÃO
Internacionalizar-se <i>sem</i> investimento Direto no exterior	Acordos de licença; Exportação; <i>Franchise</i> ; <i>Piggy-back</i> ; Contrato de gestão
Internacionalizar-se <i>com</i> investimento direto no exterior	Subsidiária comercial; Subsidiária de produção; Subsidiária mista; <i>Joint ventures</i> ; Projetos especiais

Fonte: DE LEERSNYDER, J. M., 1982.

Dentro de cada opção a empresa ainda pode escolher qual a forma jurídica que melhor se adapta aos seus objetivos.

Além de um elaborado planejamento estratégico, as empresas que internacionalizam deverão superar barreiras como:

- a) elevada burocracia;
- b) dificuldade de obtenção de crédito;
- c) falta de competitividade;
- d) custo elevado de produção;
- e) tributação inadequada ao mercado pretendido.

Para a solução destes problemas é necessário que se criem mecanismos de incentivo à exportação para que as empresas consigam internacionalizar-se, independentemente do porte das mesmas.

3.5.2. Tributação das empresas enquadradas no SIMPLES *versus* tributação normal para os mercados interno e externo

Previdelli (1996), apresenta um trabalho contendo três hipóteses distintas, formuladas para exemplificar e esclarecer a cerca dos problemas relacionados a tributação tanto no âmbito federal como no estadual.

- 1) a primeira hipótese simula uma empresa industrial que produz uma determinada matéria-prima, fornecendo-a para terceiros e que será denominada de "Empresa Alfa";
- 2) a segunda hipótese está representada pela indústria que industrializa e revende a matéria-prima comprada da "Empresa A", para um intermediário chamado de "Empresa Beta";
- 3) a terceira e última hipótese é representada pela empresa responsável pela venda do produto final ao consumidor, chamada de "Empresa Gama".

A distinção será feita somente quanto ao regime de tributação, ou seja, será apresentado o comparativo entre a opção pelo regime SIMPLES ou pelo regime de tributação normal. Foram consideradas as operações de compra e venda somente dentro do Estado. O primeiro cenário a ser exposto será o representado pelo mercado interno, conforme os dados do Tabela 5 abaixo:

Tabela 5: Ilustração das Alíquotas Incidentes Sobre os Produtos da Empresa "Alfa"

Empresa "Alfa" (Indústria)	Alíquota em %	Normal em R\$
Valor do produto sem impostos	-	100,00
(+) Valor do ICMS (1)	17,00	21,74
(+) Valor do PIS/COFINS/C.SOCIAL/I.R.	4,81	6,15
SOMA	21,81	127,89
(+) Valor do IPI	10,00	12,79
Valor da venda do produto p/ empresa "B"	-	140,68

(1) Critério utilizando para cálculo do percentual "por dentro", uma vez que a incidência dos impostos se dá sobre o valor final das vendas.

Tabela 6: Rapasse dos Créditos da Empresa "Alfa" para a Empresa "Beta"

Compra dos insumos:	Alíquota em %	Normal em R\$	Alíquot a em %	SIMPLES	Varição %
Valor da compra	-	140,68	-	140,68	-
(-) Crédito do ICMS (1)	-	21,74	-	-	-
(-) Crédito do IPI	-	12,79	-	-	-
Custo dos insumos adquiridos	-	106,15	-	140,68	32,53

(1) O cálculo dos percentuais foi feito utilizando-se o critério "por dentro", uma vez que a incidência dos impostos se dá sobre o valor final das vendas.

Tabela 7: Alíquotas Incidentes sobre o Produto da Empresa "Beta"

enda do produto industrializado	Alíquota Em %	Normal em R\$	Alíquota Em %	SIMPLES	Varição %
<i>ark-Up</i>	20,00	21,23	15,09	21,23	-
valor do produto acabado sem impostos	-	127,38	-	161,91	-
(+) Valor do ICMS (1)	17,00	27,70	2,50	4,41	-
(+) Valor do PIS/COFINS/C.SOCIAL/I.R.	4,81	7,84	5,80	10,24	-
soma	21,81	162,91	8,30	176,56	-
(+) Valor do IPI	10,00	16,29	0,50	0,88	-
Valor da venda do produto p/ empresa "C"	-	179,20	-	177,44	0,99

(1) O cálculo dos percentuais foi feito utilizando-se o critério "por dentro", uma vez que a incidência dos impostos se dá sobre o valor final das vendas.

Segundo Previdelli (1996), foram elencados e considerados os seguintes pontos:

"1 - Para a empresa optante pelo Simples foi estabelecido um *mark-up* de 15,66% a fim de equiparar com a empresa com a empresa optante pela tributação normal;

2 – No regime SIMPLES adotam-se as seguintes alíquotas:

- alíquota de 5,80% refere-se à faixa de faturamento de R\$240.000,00 a R\$360.000,00 ao ano, que é igual a 6,3%, mas foi descontado 0,50% de IPI que foi calculado à parte;
- alíquota de 2,50% para a empresa contribuinte da tributação SIMPLES/PR, refere-se ao ICMS do Paraná para empresas que faturam entre R\$120.000,00 e R\$720.000,00;

Tabela 8: Transferência de Créditos para Empresa "Gama", comércio enquadrado na forma de Tributação Normal

Compra do produto	Alíquota em %	Normal em R\$	Alíquota Em %	SIMPLES	Variação %
Valor da compra	-	179,20	-	177,44	-
(-) Crédito do ICMS	17,00	27,70	-	-	-
(-) Crédito do IPI	-	-	-	-	-
Custo do produto adquirido	-	151,50	-	177,44	17,11

Quando são computados todos os débitos e créditos e deduzidas as novas alíquotas, verifica-se que no mercado interno as duas formas de tributação, a normal e a SIMPLES, praticamente se igualam (Tabela 8). A diferença final fica em torno de um ponto percentual a favor da empresa optante pelo SIMPLES, conforme o Tabela 7 demonstra.

Um problema maior ocorre quando a empresa "Gama " compra produtos da empresa "Beta" que está inserida no regime de tributação SIMPLES, pois empresas que fazem opção por este critério estão

Devido a proibição de transferências de crédito das empresas inseridas no regime de tributação SIMPLES, no momento da realização da compra pela “Empresa Gama” de produtos da “Empresa Beta”, que é optante do SIMPLES, o produto adquirido fica em torno 17,11% mais caro do que um produto adquirido de uma empresa optante de tributação normal conforme demonstrado na Tabela 8, fato que desfavorece a competitividade da empresa “Beta” no mercado interno, principalmente em relação à empresas com optantes de tributação normal.

Quando o cenário passa a ser internacional, a situação é muito mais comprometedora, conforme demonstrado na Tabela 9, onde a simulação permite analisar as diferenças existentes entre as empresas optantes dos dois regimes de tributação e operando no mercado externo. Para facilitar a compreensão, adotou-se o mesmo procedimento das hipóteses do mercado interno.

Tabela 9: Alíquotas Incidentes sobre os produtos exportados pela Empresa "Beta"

xportação de produto	Alíquota em %	Normal em R\$	Alíquota Em %	SIMPLES	Variação %
Custo do insumo adquirido	-	106,15	-	140,68	32,50
Mark-Up	20,00	21,23	15,09	21,23	-
Valor do produto acabado sem impostos	-	127,38	-	161,91	-
(+) Valor do ICMS	-	-	-	-	-
(+) Valor da C. SOCIAL/I.R.	2,16	2,81	5,80	9,97	-
Soma	-	130,19	-	171,88	-
(+) Valor do IPI	-	-	-	-	-
Valor da venda para exportação	-	130,19	-	171,88	32,02

A empresa que fez a opção pela forma de tributação SIMPLES tem pouca competitividade no mercado externo, se comparada com a empresa que optou pela tributação normal. O produto oferecido ao mercado exterior por uma empresa optante pelo regime SIMPLES, chega ao mercado por um valor 32,02% mais caro que o mesmo produto vendido pelo seu concorrente, que é tributado no regime

normal, tornando-se um dos grandes problemas encontrados pelas micro e pequenas empresas quando desejam adentrar o mercado internacional, via exportação.

Como foi visto acima, as empresas que optaram pelo Sistema Integrado de Tributação perdem totalmente a competitividade quando desejam atuar no mercado externo, principalmente porque, devido a agressividade do mercado internacional, as margens têm sofrido abruptas reduções e qualquer ponto percentual é fator de diferenciação de preço no mercado.

Com vistas a incentivar a participação das micro e pequenas empresas brasileiras no mercado exportador deverão ser considerados pontos como:

- A necessidade do Brasil de incentivar as exportações, para poder equilibrar a balança comercial e ainda contribuir para a entrada de divisas, beneficiando, desta forma, as reservas cambiais.
- A crescente necessidade de geração ou manutenção de empregos, a capitalização para novos investimentos, a aquisição de experiência com o mercado externo, entre outros.

O processo de internacionalização de empresas apresenta, de uma forma geral, três momentos distintos:

- 1) primeiramente a empresa inicia-se no mercado internacional via exportações passivas, utilizando serviços e a experiência de terceiros ou, com grande esforços, os seus próprios meios;
- 2) caracterizada por exportações ativas, ou seja, é feita através de alianças, de acordos de cooperação com organizações nativas do país-alvo ou mesmo através de pequenos investimentos financeiros diretos no mercado desejado; finalmente,

- 3) pode ser descrita como a fase em que a empresa apresenta exportações estáveis por longos períodos e é decorrente de grandes inversões financeiras no país ou países escolhidos como novo mercado de atuação.

Embora o regime de tributação SIMPLES a ofereça algumas vantagens competitivas à empresa dentro do país, externamente ele inviabiliza sua participação, devido elevação do preço final do seu produto ou serviço, conforme estudos e cálculos apresentados.

Mesmo que não houvesse a incidência de nenhum tipo de imposto ou contribuição nos produtos industrializados para uma empresa optante de tributação SIMPLES, esta ainda não seria competitiva no mercado internacional, visto que não lhe seria do dos créditos de IPI e ICMS. A Tabela a seguir apresenta a comparação dos cálculos entre duas empresas com regimes tributários diferenciados. Foram utilizados novamente os dados de uma empresa hipotética, trabalhando com a total isenção de impostos e contribuições de produtos destinados ao exterior.

Tabela 10: Ilustração do preço final do produto destinado à exportação nos dois regimes de Tributação (Normal e Simples)

Exportação de produtos	Alíquota Em %	Normal em R\$	Alíquota em %	SIMPLES	Variação %
Custo do material adquirido	-	106,15	-	140,68	32,50
Mark-Up	20,00	21,23	15,66	21,23	-
Vlr do produto acabado s/ impostos	-	127,38	-	161,91	-
(+) Valor do ICMS	NT	-	NT.	-	-
(+) C. SOCIAL/I.R.	NT	-	NT	-	-
Soma	NT	127,38	NT	161,91	-
(+) Valor do IPI	NT	-	NT	-	-
Valor da venda para exportação	-	127,38	-	161,91	27,10

NT = Não Tributado

As micro e pequenas empresas são responsáveis pela geração de 21% do PIB e absorvem 60% da mão-de-obra empregada, o que torna irrefutável sua importância no cenário econômico nacional, porém sua participação no comércio internacional brasileiro é muito pequena, representando um pouco mais de 20% do valor total das exportações.

Com base nos dados do tabela 10, desenvolveu-se um quadro com a finalidade de ilustrar o quanto o país deixa de exportar por falta de condições propícias para as micro e pequenas empresas participarem mais ativamente do processo de exportação.

Tabela 11: Declarações do I.R.P.J. processadas no Brasil referentes ao ano 1997

FORMA DE APRESENTAÇÃO	DISQUETE	INTERNET	F. PLANO	BAIXA CNPJ	TOTAL
LUCRO REAL	135.097	88.030	0	2.925	226.052
LUCRO PRESUMIDO	423.036	266.259	0	18.215	707.510
LUCRO ARBITRADO	2.777	1.057	0	179	4.013
LUCRO REAL/ARBITRADO	165	80	0	8	253
LUCRO PRES./ARBITRADO	2.951	1.159	0	151	4.261
SIMPLES	968.821	552.809	538.193	41.734	2.101.557
IMU/ISE	101.013	47.050	0	890	148.953
INATIVA	291.569	164.626	0	39.186	495.381
TOTAL	1.925.429	1.121.070	538.193	103.288	3.687.980

Fonte: Delegacia da Receita Federal, 1998.

Considerações:

- 50% das micro e pequenas empresas brasileiras enquadradas no regime de tributação SIMPLES estão capacitadas para exportação;
- um faturamento médio anual de R\$ 360.000,00, representando 50% do limite superior de enquadramento (R\$ 720.000,00), bem como um

percentual médio de 41% da capacidade de venda total da empresa e que seria destinado à exportação, chega-se ao valor de aproximadamente R\$ 15 bilhões de reais.

Em função da falta de uma política tributária associada a outros fatores estimuladores do processo de exportação, estes valores que além de contribuir para aumentar as divisas brasileiras, ainda poderiam alavancar o crescimento da economia como um todo e das PMIs e PMEs em particular, estão deixando de ser exportados anualmente.

3.6. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

A partir de 31 de janeiro de 2003, as empresas puderam optar pelo regime de tributação SIMPLES no Estado do Paraná (SIMPLES/PR), de acordo com o artigo 452 do Decreto Lei nº 2.953/97, relativo ao ICMS, que promove o tratamento tributário diferenciado, denominado SIMPLES/PR, regendo-se pelos termos limites e condições deste capítulo (art. 170, inciso IX, da Constituição Federal - Convênio ICMS 59/89, art. 143, "caput" da Constituição Estadual).

Para enquadramento no SIMPLES/PR, as empresas não poderiam ter um faturamento anual bruto acima de R\$ 720.000,00 e, encontravam-se assim classificadas:

- a) Micro empresa, faixa "A": - receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que representa 1.781 Unidades Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR;*

b)Micro empresa faixa "B": - receita bruta anual superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que representam 1.781 e 4.274 UPF/PR, respectivamente;

c)Micro empresa faixa "C": - receita bruta anual superior a R\$120.000,00(cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), que representam 4.274 e 25.641 UPF/PR, respectivamente."

Serão consideradas receita bruta, no âmbito do Estado do Paraná, o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas pelo estabelecimento, excluindo os valores correspondentes a saídas canceladas, descontos incondicionais concedidos, devoluções de mercadorias adquiridas, transferências em operações internas, operações internas decorrentes de remessa para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou concerto, saídas com isenção, imunidade, suspensão do pagamento do imposto ou sujeitas ao regime de substituição tributária, bem como as saídas para venda ambulante não realizada.

A opção pelo SIMPLES/PR veda para a microempresa, a utilização ou destinação de qualquer valor à título de incentivo fiscal, bem como a apropriação e transferência de créditos relativos ao ICMS.

De acordo com o disposto no artigo 454, do Decreto Lei nº 2.953/97, a tributação pelo regime SIMPLES caracterizava-se como opção para a empresa, pois o enquadramento no SIMPLES/PR será realizado mediante opção expressa do contribuinte, que informará também se é contribuinte do ISS.

O valor da contribuição devido mensalmente pelas empresas que fizeram opção pelo SIMPLES/PR se encontrava no artigo 456, que diz o seguinte:

a)Pela micro empresa, faixa "A", será o correspondente a 1UPF/PR (R\$ 28,08 no exercício de 1997);

b)pelos demais optantes pelo SIMPLES/PR será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta dos seguintes percentuais:

1)Em relação à micro empresa, faixa "B", contribuinte exclusivamente do ICMS: um ponto percentual (1%);

2)Em relação à micro empresa, faixa "B", contribuinte do ICMS e do ISS: meio ponto percentual (0,5%);

3)Em relação à micro empresa, faixa "C", contribuinte exclusivamente do ICMS: dois e meio pontos percentuais (2,5%);

4)Em relação à micro empresa, faixa "C", contribuinte do ICMS e do ISS: dois pontos percentuais (2%).

Sem prejuízo do disposto no artigo 456 do Decreto Lei nº 2953/97, a micro empresa optante pelo SIMPLES/PR será responsável pelo pagamento do imposto referente.

a)"Às mercadorias e serviços que adquirir de contribuinte não inscrito no CAD/ICMS, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso II do art. 57;

b)À entrada de bens ou mercadorias de importação própria;

c)Às aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária em que não tenha ocorrido a retenção do ICMS e o remetente não tenha sido ou não tenha deixado de ser eleito substituto tributário;

d)À utilização de serviço cuja a prestação se tenha iniciado em outra unidade federada e não esteja vinculada à operação ou prestação subsequente alcançada pela incidência do imposto."

3.6.1. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apresenta-se no Brasil como um tributo compulsório, atinente ao consumo que os Estados arrecadam para o custeio de suas atividades visando o bem comum: saúde pública, higiene, segurança, ordem, entre outras.

3.6.2. Definição e Histórico do Imposto

Com a Primeira Grande Guerra, a história presenciou o início de uma revolução na estrutura da tributação, que até então era constituída quase que em sua totalidade por impostos incidentes sobre o patrimônio. Nesse período foram instituídos os primeiros tributos incidentes sobre o consumo, na França e na Alemanha.

O Brasil foi também um dos primeiros países a tributar o consumo, mediante o Imposto sobre Vendas Mercantis, instituído pela lei federal nº 4.625, de 31 de dezembro de 1922, de competência da União, era imposto federal. A Constituição de 1934 estendeu a incidência do Imposto sobre Vendas Mercantis às operações de consignações mercantis. Estava criado, então, o Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), que passou a ser cobrado a partir de 1936, quando entrou em execução a discriminação de rendas da Lei Maior de 1934. Pela constituição de 1937, a arrecadação passou a ser de competência dos Estados.

Em 1965, o IVC foi substituído pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM), incorporando a não cumulatividade das incidências, através da possibilidade jurídica de abater-se em cada operação mercantil o valor do tributo

pago na operação anterior apurado pela confrontação de débitos e créditos. Débitos quando da saída de mercadorias e créditos relativos a sua entrada no estabelecimento do contribuinte.

Na atual Constituição, o ICM sofreu alterações substanciais: “com uma importante ampliação do limite material deste imposto, passando a incidir sobre minerais, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica” (ICHIHARA, 1997), e mudou o nome do imposto de ICM para ICMS, ou seja, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

O ICMS apresenta-se como principal fonte de receita dos Estados. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é competência dos Estados e do Distrito Federal, tem sua base legal no art. 155, I, b, da Constituição Federal de 1988, que também estabeleceu limitações a essa competência, fixando os princípios norteadores da atividade tributária.

3.6.3. Incidência do Imposto

O imposto incide no momento da saída da mercadoria do estabelecimento ou no ato da prestação do serviço, sendo não cumulativo, isto é, podendo ser compensado através do crédito obtido quando da entrada de bens de produção e/ou produtos destinados à comercialização.

O princípio da não-cumulatividade consiste em, para efeito de apuração do tributo devido, deduzir-se do imposto incidente sobre a saída de mercadorias o imposto já cobrado nas operações anteriores relativamente à circulação daquelas mesmas mercadorias ou às matérias-primas necessárias à sua industrialização.

A Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre as normas gerais do ICMS, considera que qualquer movimentação de bens, independentemente da relação comercial que exista, implica na ocorrência de um fato gerador, desde que o agente possa ser considerado contribuinte do imposto.

Assim, várias operações realizadas por estes contribuintes podem ser tributadas, mesmo que não estejam vinculadas a transações comerciais. O art. 2º, da referida Lei, trata de explicitar as situações necessárias e suficientes para autorizar a cobrança do imposto, enquadrando nos tipos legais previsto.

O princípio da tipicidade cerrada no Direito Tributário exige não só a descrição legal do fato, mas também a subsunção do fato, do seu conceito, ao conceito legal previsto na norma de incidência para que possa surgir a obrigação jurídica concreta.

As principais incidências são:

- a) Operações relativas à circulação de mercadorias;
- b) Recebimento de mercadorias, destinadas ao consumo ou integração ao ativo permanente, oriundas de outra Unidade da Federação;
- c) Sobre mercadorias importadas do exterior;
- d) Sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou a industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente;
- e) No caso de serviços ele incide: "prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal [...] na prestação onerosa de serviços de comunicação [...] e no fornecimento de energia elétrica" VIANA NETO (1997, p.4).

3.6.4. Não Incidência

Existem diversas situações nas quais mesmo ocorrendo comercialização de mercadorias ou prestação de serviços, não haverá incidência do imposto. VIANA NETO (1997, p.6), distingue a não-incidência em duas espécies: "uma constitucional e outra legal. A constitucional conhecida como imunidade tem sentido amplo [...] com casos previstos na constituição. A não-incidência legal compreende aquelas criadas através de normas infraconstitucionais".

O autor ainda coloca que, "As não-incidências explicitadas nas leis tributárias devem ser entendidas necessariamente como meramente exemplificativas em razão do princípio tributário da tipicidade cerrada (art. 150, I, da CF). Não havendo previsão legal de todos os elementos de incidência da norma tributária sobre determinado fato ou situação, este, configura-se como uma não-incidência cuja explicitação na norma tributária é dispensável." VIANA NETO (1997, p.6)

As principais não-incidências:

- a) Operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;
- b) Operações e prestações que destinem mercadorias ao exterior;
- c) Operações com ouro, quando definido em Lei como ativo financeiro;
- d) Operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo;
- e) Operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a serem utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída;
- f) Operações de qualquer natureza que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;
- g) Operações de arrendamento mercantil.

3.6.5. Benefícios Fiscais no ICMS

Os benefícios fiscais no ICMS são concedidos de acordo com acordos realizados entre as unidades federativas. São situações onde o pagamento do imposto fica dispensado, diminuído, postergado ou suspenso. Para cada respectivo caso apresentam-se as figuras tributárias das isenções, das reduções da base de cálculo, dos diferimentos e das suspensões. Os setores beneficiados são muitos, destacando-se o setor primário e outros que se tornam objeto de políticas econômicas e sociais.

A figura tributária da isenção apresenta-se como o tratamento mais benéfico e em sua maioria se destinam aos setores e mercadorias de cunho social. Geralmente são vigentes apenas para as operações que ocorram dentro do próprio Estado e são concedidas para as operações de consumo final ou para toda a cadeia de comercialização, de forma a evitar que a tributação normal em etapas posteriores anule o tratamento isencional.

O benefício da suspensão é uma simples dispensa de pagamento do imposto numa operação intermediária. Neste tratamento se pressupõe sempre que a mercadoria ou bem retornará ao local de saída, para ser posteriormente comercializada efetivamente. As suspensões, ao contrário dos demais benefícios, ocorrem muitas vezes também no caso de operações interestaduais.

No caso do diferimento, o pagamento do imposto apenas fica postergado para o momento em que ocorrer uma saída posterior da mercadoria beneficiada. O imposto é então recolhido integralmente de forma englobada com o da operação seguinte.

3.6.6. Base de Cálculo e Alíquotas do Icms

As alíquotas apresentam-se como o percentual de carga específica que se lançará sobre o valor (base de cálculo); que tem relação com o ato/fato que gerou a obrigação tributária.

O ICMS é um tributo que possui uma razoável diferenciação de alíquotas. No antigo ICM, existia um sistema de alíquotas que variavam de acordo com a destinação dos bens, relativamente aos Estados da Federação.

A operação sofria incidência diversa, se fosse realizada dentro do mesmo Estado ou efetuada com contribuinte localizado em outra Unidade da Federação (UF).

Com o novo tributo, redefinido pelas novas regras constitucionais, foi acrescentada a seletividade, isto é, a possibilidade de onerar diferencialmente os produtos e serviços, em função de sua essencialidade.

Existe um grupo de produtos e serviços que suporta uma alíquota mais elevada, e tomando alguns exemplos pode-se verificar que se tratam de situações onde os bens são considerados como supérfluos ou de serviços concedidos para consumidores finais: jóias, perfumes, bebidas, serviços de telecomunicação, entre outros. De outro lado, encontram-se produtos e serviços de primeira necessidade (cesta básica), energia elétrica rural, e, ainda outros casos, onde por interesse político se busca incentivar setores ou produtos - informática, biotecnologia.

Algumas outras situações merecem destaque - as operações e prestações provenientes do exterior são oneradas com a alíquota interna. O mesmo ocorre quando o destinatário dos bens ou serviços se localiza em outra UF e pode ser classificado como consumidor final não contribuinte do ICMS.

A parcela do imposto a ser paga terá como base o valor da operação comercial ou o preço da prestação do serviço. Conforme Viana Neto (1997): "A base de cálculo do imposto corresponde à totalidade dos elementos econômicos ínsitos à operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviços e representáveis em moeda. A alíquota aprovado pelo Decreto n. 5.141 de 12.12.2001, será de:

I - alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

a) Revogada.

A alínea "a" foi revogada pelo art. 1º, alteração 5ª, do Decreto n. 5.189, de 7.01.2002, produzindo efeitos a partir de 1º.01.2002.

Redação original que não surtiu efeitos

"a) álcool anidro para fins combustíveis;"

b) armas e munições, suas partes e acessórios classificados no Capítulo 93 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH;

c) asas-delta, balões e dirigíveis classificados na posição NBM/SH 8801;

d) Revogada.

A alínea "d" foi revogada pelo art. 1º, alteração 5ª, do Decreto n. 5.189, de 7.01.2002, produzindo efeitos a partir de 1º.01.2002.

Redação original que não surtiu efeitos:

"d) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;"

e) embarcações de esporte e de recreio classificadas na posição 8903 da NBM/SH;

f) energia elétrica destinada à eletrificação rural (Lei n. 13.410/01);

Nova redação dada à alínea "f" pelo art. 1º, alteração 1ª, do Decreto n. 5.189, de 7.01.2002, produzindo efeitos a partir de 1º.01.2002.

Redação original que não surtiu efeitos

"f) energia elétrica;"

g) Revogada.

Redação original que não surtiu efeitos

"g) fumo e seus sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH;"

h) Revogada.

A alínea "h" foi revogada pelo art. 1º, alteração 5ª, do Decreto n. 5.189, de 7.01.2002, produzindo efeitos a partir de 1º.01.2002.

Redação original que não surtiu efeitos

"h) gasolina;"

i) peleteria e suas obras e peleteria artificial classificadas no Capítulo 43 da NBM/SH;

j) perfumes e cosméticos classificados nas posições 3303, 3304, 3305 e 3307 da NBM/SH;

l) Revogada.

A alínea "l" foi revogada pelo art. 1º, alteração 5ª, do Decreto n. 5.189, de 7.01.2002, produzindo efeitos a partir de 1º.01.2002.

Redação original que não surtiu efeitos:

"l) prestação de serviço de comunicação;"

II - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

- a) animais vivos;
- b) calcário e gesso;
- c) farinha de trigo;
- d) máquinas e aparelhos industriais (exceto peças e partes), classificados nas posições 8417 a 8422, 8424, 8434 a 8449, 8451, 8453 a 8465, 8468, 8474 a 8480 e 8515 da NBM/SH;
- e) massas alimentícias classificadas na posição 1902 da NBM/SH, desde que não consumidas no próprio local;
- f) óleo diesel;
- g) os seguintes produtos avícolas e agropecuários, desde que em estado natural:
 - 1. abóbora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, aipo, alcachofra, alecrim, alface, alfavaca, alfazema, algodão em caroço, almeirão, alpiste, amendoim, aneto, anis, araruta, arroz, arruda, aspargo, aveia, azedim;
 - 2. batata, batata-doce, beringela, bertalha, beterraba, beterraba de açúcar, brócolis, brotos de feijão, brotos de samambaia, brotos de bambu;
 - 3. cacateira, cambuquira, camomila, cana-de-açúcar, cará, cardo, carnes e miúdos comestíveis frescos, resfriados ou congelados, de bovinos, suínos, caprinos, ovinos, coelhos e aves, casulos do bicho-da-seda, catalonha, cebola, cebolinha, cenoura, centeio, cevada, chá em folhas, chicória, chuchu, coentro, cogumelo, colza, cominho, couve, couve-flor;
 - 4. endivia, erva-cidreira, erva-de-santa maria, erva-doce, erva-mate, ervilha, escarola, espinafre;
 - 5. feijão, folhas usadas na alimentação humana, frutas frescas, fumo em folha, funcho; 6. gengibre, gergelim, girassol, gobo, grão-de-bico;
 - 7. hortelã;

8. inhame;
 9. jiló;
 10. leite, lenha, lentilha, losna;
 11. macaxeira, madeira em toras, mamona, mandioca, manjerição, manjerona, maxixe, milho em espiga e em grão, morango, mostarda;
 12. nabo e nabiça;
 13. ovos de aves;
 14. palmito, peixes frescos, resfriados ou congelados, pepino, pimentão.
 15. quiabo;
 16. rabanete, raiz-forte, rami em broto, repolho, repolho-chinês, rúcula, ruibarbo;
 17. salsão, salsa, segurelha, sorgo;
 18. taioba, tampala, tomate, tomilho, tremoço, trigo;
 19. vagem;
- h) produtos classificados na posição 1905 da NBM/SH;
- i) refeições industriais classificadas no código 2106.90.0500 da NBM/SH e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações, empresas e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes, bem como fornecimento de alimentação de que trata o inciso I do art. 2º, excetuado o fornecimento ou a saída de bebidas (Lei n. 13.961/02);
- Nova redação dada à alínea "i" pelo art. 1º, alteração 211ª, do Decreto n. 1.769, de 28.08.2003, produzindo efeitos a partir de 29.01.2003.***
- Redação original, em vigor no período de 1º.01.2002 a 28.01.2003:***
- " i) refeições industriais classificadas no código 2106.90.0500 da NBM/SH e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações,***

empresas e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes;"

- j) semens, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;
- l) serviços de transporte;
- m) tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado argila ou barro como matéria-prima;
- n) tratores, microtratores, máquinas e implementos agropecuários e agrícolas (em todos excetuados peças e partes) classificados nos códigos, posições ou subposições 8701.10.0100, 8701.90.0100, 8701.90.0200, 8201, 8424.81, 8432, 8433, 8436 e 8437 da NBM/SH;
- o) veículos automotores novos, relacionados no inciso I do art. 451, quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subseqüentes, observado o disposto no § 2º deste artigo;
- p) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: assentos (9401); móveis (9403); suportes elásticos para camas (9404.10) e colchões (9404.2) (Lei n. 13.523/02).

A alínea "p" foi acrescentada pelo art. 1º, alteração 52ª, do Decreto n. 5.678, de 14.05.2002, produzindo efeitos a partir de 16.04.2002.

- q) produtos classificados nas posições da NBM/SH 4410 - painéis de partículas e painéis semelhantes de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos e 4411 - painéis de fibras de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos (Lei n. 13.972/02);

A alínea "q" foi acrescentada pelo art. 1º, alteração 211ª, do Decreto n. 1.769, de 28.08.2003, produzindo efeitos a partir de 27.12.2002.

- r) produtos classificados nos códigos da NBM/SH 3909.50.29 - blocos de espuma, e 3916.20.00 - perfis de polímeros de cloreto de vinila; e nas posições 3917 - tubos e seus acessórios, 3920 - outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos não alveolares e 3923 - artigos de transporte ou de embalagem, de plásticos; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos para fechar recipientes de plásticos (Lei n. 13.972/02);

A alínea "r" foi acrescentada pelo art. 1º, alteração 211ª, do Decreto n. 1.769, de 28.08.2003, produzindo efeitos a partir de 27.12.2002.

- s) produto classificado nos códigos da NBM/SH 2522.10.00, 2522.20.00 e 2522.30.00 - cal destinada à construção civil (Lei n. 13.972/02);

A alínea "s" foi acrescentada pelo art. 1º, alteração 211ª, do Decreto n. 1.769, de 28.08.2003, produzindo efeitos a partir de 27.12.2002.

- t) gasolina de avião - AVGAS (Lei n. 14.036/03).

A alínea "t" foi acrescentada pelo art. 1º, alteração 211ª, do Decreto n. 1.769, de 28.08.2003, produzindo efeitos a partir de 11.04.2003

- III - alíquota de 18% (dezoito por cento) para os demais serviços, bens e mercadorias (Lei n. 13.410/01);

Nova redação dada ao inciso III pelo art. 1º, alteração 1ª, do Decreto n. 5.189, de 7.01.2002, produzindo efeitos a partir de 1º.01.2002.

Redação original que não surtiu efeitos:

"III - alíquota de 17% para demais serviços, bens e mercadorias."

IV - alíquota de 26% (vinte e seis por cento) para as operações com (Lei n. 13.410/01):

- a) gasolina;
- b) álcool anidro para fins combustíveis;

V – alíquota de 27% (vinte e sete por cento) para operações e prestações com (Lei n. 13.410/01):

- a) energia elétrica, exceto a destinada a eletrificação rural;
- b) prestação de serviços de comunicação;
- c) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;
- d) fumos e sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH.

Os incisos IV e V foram acrescentados pelo art. 1º, alteração 1ª, do Decreto n. 5.189, de 7.01.2002, produzindo efeitos a partir de 1º.01.2002.

VI - alíquota de 7% (sete por cento) para as operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas internas à órgãos da administração federal ou municipal (Lei n. 13.753/02).

O inciso VI foi acrescentado pelo art. 1º, alteração 211ª, do Decreto n. 1.769, de 28.08.2003, produzindo efeitos a partir de 11.09.2002.

§ 1º Entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:

- a) o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste Estado;
- b) da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;

- c) da prestação de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste Estado;
- d) o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada desde que não contribuinte do imposto.

§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea "o" do inciso II, independência da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:

- a) em relação aos veículos classificados nos códigos 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8704.21.0100, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200 da NBM/SH;
- b) no recebimento do veículo importado do exterior, por contribuinte do imposto, para o fim de comercialização, integração no ativo imobilizado ou uso próprio do importador;
- c) na operação realizada pelo fabricante ou importador, que destine o veículo diretamente a consumidor ou usuário final, ou quando destinado ao ativo imobilizado do adquirente.

Art. 16. As alíquotas para operações e prestações interestaduais são (art. 15 da Lei n. 11.580/96):

- I - 12% para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, ressalvado o disposto no inciso III deste artigo;
- II - 7% para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal e nos

demais Estados não relacionados no inciso anterior, ressalvado o disposto no inciso seguinte;

III - 4% nas prestações de serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal (Resolução n. 95/96 do Senado Federal).

3.6.7. Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte

O Estatuto da Micro e Pequena Empresa, Lei Federal no. 9.841, de 05/10/99, e as demais leis estaduais quando procuram definir ou mesmo classificar as Micro e Pequenas Empresas se utilizam geralmente de dois critérios, qual sejam: o número de empregados ou o faturamento bruto anual.

Segundo pesquisa do Sebrae (1998) o número de empregados (Tabela 12) nas Microempresas, no setor do comércio e de serviços estas utilizam em média até 09 (nove) empregados, já no setor industrial, até 19 empregados.

Em relação às empresas de pequeno porte a pesquisa informa que no setor comercial e de serviços são empregados em média de 10 (dez) a 49 (quarenta e nove) empregados), no setor da indústria se emprega de 20 (vinte) a 99 (noventa e nove) empregados.

Tabela 12 - Classificação das MPEs segundo o número de empregados

PORTE	EMPREGADOS
Microempresa	No comércio e serviços até 09 empregados. Na indústria até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte	No comércio e serviços de 10 a 49 empregados. Na indústria de 20 a 99 empregados
Empresa de Médio Porte	No comércio e serviços de 50 a 99 empregados. Na indústria de 100 a 499 empregados
Empresa de Grande Porte	No comércio e serviços mais de 99 empregados.

Fonte: SEBRAE, 1998

Quando se fala classificação das MPEs segundo o faturamento bruto anual (Tabela 12) o critério de enquadramento ficou a cargo dos estados-membros, sendo por isso fácil encontrar valores diversos em razão da natureza de cada Estado. De uma maneira geral ela se encontram em torno dos valores atribuídos pela Lei Federal do Simples (Lei nº 9.841/99) que classifica em Micro Empresa aquela que possui um faturamento de até R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) por ano. As empresas de pequeno porte são aquelas que faturam entre R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Ocorre que os Estados se utilizam de critérios diversos para chegar aos valores e até mesmo atribuem um caráter parafiscal a Lei do SIMPLES como política de desenvolvimento.

Tabela 13 - Classificação das MPEs segundo o faturamento bruto anual

PORTE	Faturamento Bruto Anual
Microempresa	Até R\$ 244.000,00
Empresa de Pequeno Porte	Entre R\$ 244.000,00 e R\$ 1.200.000,00

Fonte: Lei Federal no. 9.841, de 05/10/99 (Estatuto da Micro e Pequena Empresa)

3.7. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RICMS NO PARANÁ

Regulamento do ICMS - Art. 406 a 416-C , orienta a respeito das condições gerais para enquadramento das empresas que optarem pelo Regime das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.

Regulamento do ICMS - Art. 56, Inciso III, orienta sobre os prazos de pagamento para as empresas enquadradas na microempresa.

Basicamente, a pequena empresa brasileira utiliza-se do REGIME SIMPLES ou do REGIME NORMAL para o cálculo e o recolhimento dos impostos devidos. Por meio do pedido realizado pelo empresário no início da constituição da empresa o órgão público, federal, municipal e ou estadual, fará o enquadramento legal, a verificação da possibilidade, ou não, de sua empresa vir a ser beneficiada e a participar do sistema SIMPLES. Encaixam-se no Regime Normal as empresas que - por impedimento legal ou que, porventura, não tenha o empresário desejo de participar do outro regime - fazem o recolhimento de impostos da forma tradicional, ou seja, cumprem todos os requisitos previstos em lei de cada imposto existente. Já o Regime Simples é para as empresas que, por motivo de possibilidade de usufruir desse benefício previsto em lei, se cadastram nesse regime para se beneficiar dessa facilidade, pois há redução da carga tributária, na qual os recolhimentos dos impostos são realizados de forma unificada e simplificada.

3.7.1. Efeito das Micros Empresas Simples

As micro-empresas enquadradas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES são beneficiadas com a redução de impostos, principalmente do ICMS visando diminuir a carga tributária que incide sobre a sua atividade econômica com objetivo de proporcionar o crescimento das mesmas e aumentar a geração de empregos.

3.7.2. Na Sociedade

Presume-se que devido a redução de impostos as micro empresas possam reduzir os preços de seus produtos gerando maior faturamento em consequência de um aumento de consumo. Assim sendo, seria necessário aumentar a produção para suprir a demanda existente e, conseqüentemente, novos postos de trabalhos seriam criados. Dessa forma, quem tem a ganhar é a toda a sociedade, pois os consumidores encontrariam menores preços, podendo assim, consumir mais e aumentar o crescimento econômico, gerando mais empregos diretos.

No entanto, observa-se que ocorre na maioria dos casos o contrário. As micro empresas são beneficiadas com redução de impostos, mas estas não repassam estes valores à seus produtos ou serviços, em contrapartida seu produto fica com os preços maiores que de outras empresas do seu ramo de atividade. Relacionado a isto tem-se o fato de as médias e grandes empresas possuem maior capital de giro, marketing e uma marca característica no mercado, portanto mesmo que as micro empresas praticassem o mesmo preço que as outras, perderiam terreno devido a imagem de qualidade dos produtos, por isso a necessidade das micro empresas terem produtos mais baratos para que possam competir .

Neste contexto quem perde é o Estado, porque não atinge a arrecadação dos impostos que almejou com a criação do incentivo, criando insatisfação nas empresas que buscam incentivo fiscal para poderem atuar mais forte no mercado, as micro empresas que vivem a situação acima acabam por quebrar, devido a falta de competitividade, elevando o número de desemprego no mercado, ocorrendo redução no imposto arrecadado, gerando com isto conseqüências que vem em efeito cascata: desemprego; criminalidade; informalidade; e outros.

Na realidade, cria-se uma falsa ilusão para as pessoas, de que estes incentivos tornam a sobrevivência das micro empresas uma enorme facilidade, mas devido a falta de preparo e de cultura administrativa da maioria dos empresários do nosso estado e de nosso país, o que pode parecer o antídoto para os problemas, passa a ser o próprio veneno.

Tabela 14: Evolução do Emprego por Unidades da Federação do Brasil
Acumulado no Ano de 2003

POSIÇÃO	ESTADOS	ACUMULADO NO ANO (até Julho 2003)			
		ADMISSÕES	DESLIG.	SALDO	VARIAÇÃO%
1º	MATO GROSSO	125.058	98.710	26.348	9,11%
2º	MATO GROSSO DO SUL	85.946	69.162	16.784	6,74%
3º	TOCANTINS	17.971	14.907	3.064	5,21%
4º	GOIÁS	181.111	153.426	27.685	4,96%
5º	MINAS GERAIS	768.796	653.408	115.388	4,81%
6º	PARANÁ	446.385	382.866	63.519	4,22%
7º	SÃO PAULO	1.847.090	1.577.859	269.231	3,67%
8º	PARÁ	91.078	80.022	11.056	3,27%
9º	RONDÔNIA	33.031	29.677	3.354	3,02%
10º	AMAZONAS	47.776	43.062	4.714	2,48%
11º	ESPIRITO SANTO	132.122	122.110	10.012	2,35%
12º	SANTA CATARINA	330.882	307.073	23.809	2,23%
13º	MARANHÃO	35.655	31.505	4.150	2,16%
14º	BAHIA	196.465	179.965	16.500	1,80%
15º	RORAIMA	3.617	3.385	232	1,56%
16º	PIAUÍ	27.612	25.472	2.140	1,34%
17º	RIO GRANDE DO SUL	465.971	446.318	19.653	1,19%
18º	RIO DE JANEIRO	504.805	483.282	21.523	0,92%
19º	ACRE	6.319	6.057	262	0,79%
20º	DISTRITO FEDERAL	91.922	89.010	2.912	0,70%
21º	CEARÁ	115.805	113.799	2.006	0,35%
22º	SERGIPE	30.176	29.716	460	0,30%
23º	RIO GRANDE DO NORTE	57.817	59.623	-1.806	-0,79%
24º	PERNAMBUCO	129.557	144.333	-14.776	-2,20%
25º	AMAPÁ	5.469	6.254	-785	-2,53%
26º	PARAÍBA	38.599	43.685	-5.266	-2,55%
27º	ALAGOAS	30.809	54.838	-24.029	-11,18%
TOTAL		5.847.844	5.249.704	598.140	2,68%

Fonte: MTE / SPES / CGETIP / LEI - Elaboração: DIEESE / ER-PR

Tabela 15: Evolução no Brasil das Empresas enquadradas no Regime Simples Acumulado no Ano de 2003

Nº DE EMPRESAS ENQUADRADAS NO SIMPLES	ACUMULADO NO ANO (até Julho 2003)						
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
	120.056	120.205	123.507	125.977	127.867	128.371	129.938

Fonte: Dados da Secretaria de Estado da Fazenda

Na tabela 14, verifica-se o Estado do Paraná ocupando a 6º posição no ranking nacional em relação à evolução de empregos até o mês de Julho de 2003, apresentando um índice de variação no período de 4,22% ou seja aproximadamente 9.074 indivíduos conseguiram ser alocados mensalmente no mercado de trabalho paranaense, um outro demonstrativo foi apresentado na tabela 15 com relação a evolução do enquadramento de empresas que optaram pelo Regime Tributário SIMPLES referente ao mesmo período que totalizou cerca de 9.882 empresas, uma média de aproximadamente 1.400 empresas enquadradas mensalmente.

3.7.3. Na Arrecadação

Em relação a arrecadação, presume-se que o Estado deixa de obter recursos de ICMS pela grande participação de micro-empresas no SIMPLES/PR. Recursos estes que poderiam estar sendo usados na infra-estrutura do Estado para melhorar a condição de vida das pessoas. Dessa forma, o intuito deste trabalho é demonstrar a influencia do SIMPLES na arrecadação do Paraná.

De acordo com dados da Secretaria da Fazenda, o Paraná está colhendo na forma de empregos, renda e arrecadação o resultado da industrialização, iniciada

em 1995. Nos últimos sete anos, 600 grandes indústrias se instalaram no Estado – 246 com incentivos do governo -, num total de R\$ 30 bilhões em investimentos produtivos. A diversificação econômica diminuiu, no Paraná, os efeitos do desaquecimento da economia brasileira, provocados pela crise Argentina e pelas oscilações da conjuntura política mundial. Investindo em infra-estrutura e construindo uma bem elaborada estratégia financeira, além de aproveitar-se de sua privilegiada situação geográfica, o Paraná tornou-se importante centro de atração de capital produtivo. Com isso, os reflexos deste ciclo virtuoso poderão continuar nos próximos anos, pois o prazo de pagamento do ICMS que foi postergado quando da vinda das novas indústrias está vencendo e os recursos estão começando a entrar nos cofres estaduais. A poupança do ICMS é calculada pela Secretaria da Fazenda em R\$ 900 milhões.

Incentivos como estes citados acima são mais benéficos ao Estado do que a inclusão de micro empresas no SIMPLES/PR. O ideal é que as empresas convertam os incentivos em aumento da produção para gerar mais empregos e, conseqüentemente, gerar mais demanda. Provocando, assim, um aquecimento da economia do Estado para que no futuro tenha mais arrecadação de impostos.

3.7.4. Valores arrecadados

Os valores da arrecadação no Estado do Paraná nos últimos anos seguem conforme Tabelas a seguir, com valores históricos do ICMS Municipal e Estadual com os respectivos códigos de receita e quantidades de documentos da arrecadação, e valores da arrecadação do ICMS no Paraná corrigidos até Julho/2003, conforme Tabelas em anexo.

Tabela 16: Quantidade de Documentos - Período 1997 À 2002

QUANTIDADE DE DOCUMENTOS - TOTAL DO ESTADO DO PR- PERÍODO 1997 À 2002						
REC	1997	1998	1999	2000	2001	2002
019-1	8	17	24	47	88	154
027-2	15	23	26	25	33	34
035-3	3.858	4.540	5.623	10.122	12.033	18.092
043-4	18.587	33.612	55.976	60.865	56.984	77.025
051-5	13.135	21.191	21.267	25.505	25.262	26.010
060-4	364	558	905	1.179	1.115	1.293
101-5	208.646	236.182	222.286	221.856	238.048	241.644
102-3	968	1876	2.756	1.619	2.054	2.967
103-1	650.599	1.104.618	1.147.535	1.163.143	1.173.660	1.236.330
104-0	21.222	19.187	7.809	5.551	4.071	2.830
111-2	15.688	24.679	23.779	23.206	19.434	20.539
121-0	2.084	11.552	10.446	11.527	10.118	18.310
122-8	385	1379	3.299	5.342	2.766	3.536
123-6	32.867	38.793	28.488	24.194	16.467	8.046
124-4	29	12	30	24	14	31
125-2	64.320	95.127	93.351	90.089	95.133	106.001
126-0	22.473	35.894	30.002	31.031	62.133	74.834
131-7	180.867	309.617	287.659	295.869	265.000	272.915
141-4	259	261	315	168	126	442
151-1	2.192,00	2.677,00	2.381	2.332	2.191	1.745
161-9	28.810	30.338	35.651	37.712	41.889	50.587
162-7	23.191	33.255	29.344	61.890	35.067	50.986
163-5	79.465	229.503	197.528	178.720	178.296	170.470
751-0	144	1800	1.688	161	101	61
752-8	-165	-1.924	-1.900	-315	-185	-483
TOTAL	1.370.011	2.234.767	2.206.268	2.251.862	2.241.898	2.384.399

Fonte: SEFA-PR

Tabela 17 – Valor Referente Arrecadação ICMS no Paraná – Período 1997 à 2002 (Valores Históricos)

REC	VALOR REFERENTE ARRECADAÇÃO ICMS - PERÍODO 1997 À 2002							
	1997	1998	1999	2000	2001	2002		
019-1	158.104,87	347.955,22	338.358,80	2.898.507,20	6.257.490,17	4.223.200,21		
027-2	1.338.457,67	1.985.430,47	2.329.866,63	2.813.205,55	5.279.191,73	5.502.371,67		
035-3	590.703,44	615.996,94	421.554,02	617.828,38	1.597.651,71	2.799.748,53		
043-4	125.767.722,58	159.561.256,34	222.874.670,91	267.972.765,65	238.745.069,01	270.861.963,29		
051-5	21.675.454,86	33.689.096,18	41.394.310,19	46.318.776,12	56.964.904,73	71.953.153,58		
060-4	2.106.327,71	904.547,29	1.337.078,16	3.267.033,89	1.759.265,72	5.636.910,03		
101-5	1.222.314.557,04	1.604.525.688,76	1.750.914.549,71	2.338.725.535,80	3.041.142.663,62	3.300.082.673,96		
102-3	237.249,27	126.996,83	517.916,86	266.983,70	320.398,00	406.050,76		
103-1	28.482.412,31	57.570.890,28	66.093.959,31	78.410.257,05	89.263.257,92	103.901.378,30		
104-0	430.588,58	499.048,61	312.455,02	306.171,69	253.866,82	145.789,22		
111-2	7.116.234,45	9.357.492,79	14.511.433,37	23.109.602,00	14.627.961,95	15.578.643,50		
121-0	424.960,74	4.778.705,19	4.434.324,17	5.188.810,76	7.877.283,78	133.644.897,74		
122-8	109.713,60	430.939,15	590.301,59	619.449,64	1.278.680,05	1.562.260,15		
123-6	9.749.874,44	11.028.070,61	8.614.330,48	10.071.837,32	5.523.717,59	1.462.465,93		
124-4	1.385,32	2.084,09	7.241,92	8.151,15	3.817,20	3.934,42		
125-2	35.602.400,76	64.079.986,84	50.788.956,36	45.039.756,98	55.590.977,50	82.247.267,68		
126-0	3.328.838,83	5.939.918,74	6.649.464,91	3.752.418,85	15.741.061,95	43.014.996,91		
131-7	4.290.668,67	15.611.615,78	16.873.450,91	17.552.193,58	19.686.694,66	22.340.906,82		
141-4	50.176,06	23.286,57	63.108,17	68.396,28	26.740,14	31.007,15		
151-1	152.534,77	168.695,31	133.681,60	216.798,09	229.353,33	225.948,52		
161-9	11.910.711,86	12.029.202,78	14.735.084,80	41.409.867,76	22.158.800,79	42.618.598,99		
162-7	4.902.736,16	6.707.427,25	8.744.620,14	29.121.362,26	14.220.026,38	29.789.536,79		
163-5	32.599.170,08	71.610.596,16	73.536.341,65	85.177.773,96	96.693.891,63	122.580.994,58		
751-0	660.980,00	1.593.267,12	3.614.265,03	35.743,64	1.144.268,56	26.815,37		
752-8	-665.227,28	-1.604.514,79	-3.911.475,61	-316.376,84	-407.158,54	-500.819,81		
TOTAL	1.513.336.736,79	2.061.583.680,51	2.285.919.849,10	3.002.652.850,46	3.695.979.876,40	4.260.140.694,29		

Fonte: SEFA-PR

Tabela 18: Valor Referente Arrecadação ICMS no Município (06º DRR)- Período 1997 à 2002 (Valores Históricos)

VALOR REFERENTE ARRECADAÇÃO ICMS NO MUNICÍPIO - PERÍODO 1997 À 2002						
REC	1997	1998	1999	2000	2001	2002
019-1	52.701,67	115.985,17	112.786,41	966.169,32	2.085.830,55	1.407.734,12
027-2	446.152,63	661.810,27	776.622,36	937.735,28	1.759.730,72	1.834.124,06
035-3	196.914,07	205.346,00	140.529,81	205.964,70	532.579,73	933.288,85
043-4	41.922.667,84	53.187.251,10	74.291.838,71	89.324.554,02	79.581.965,73	90.287.696,37
051-5	7.225.217,16	11.229.806,55	13.798.216,22	15.439.713,52	18.988.424,90	23.984.513,98
060-4	702.113,00	301.521,88	445.702,00	1.089.022,34	586.432,05	1.878.981,29
101-5	407.439.426,69	534.843.376,06	583.639.613,20	779.576.618,22	1.013.715.798,89	1.100.029.184,65
102-3	79.085,77	42.337,86	172.644,44	89.000,99	106.808,14	135.363,67
103-1	9.495.446,78	19.196.058,59	22.034.789,34	26.147.873,21	29.766.623,12	34.644.183,15
104-0	143.658,30	166.430,80	104.173,80	102.073,94	84.635,94	48.608,52
111-2	2.372.166,50	3.119.303,89	4.837.327,13	7.703.407,88	4.876.147,20	5.193.076,24
121-0	141.663,26	1.592.958,20	1.478.157,69	1.729.655,77	2.625.801,64	44.548.376,50
122-8	36.572,33	143.651,59	196.778,44	206.508,80	426.240,74	520.771,91
123-6	3.250.067,52	3.676.073,81	2.871.483,07	3.357.310,16	1.841.267,93	487.511,31
124-4	461,88	694,72	2.414,08	2.717,15	1.272,43	1.311,53
125-2	11.867.613,72	21.360.233,68	16.929.870,08	15.013.442,11	18.530.567,27	27.416.021,43
126-0	1.109.684,40	1.980.047,31	2.216.556,12	1.250.887,56	5.247.283,69	14.338.654,42
131-7	1.430.479,87	5.204.283,37	5.624.797,91	5.851.030,58	6.562.495,59	7.447.270,20
141-4	16.726,89	7.763,74	21.037,79	22.799,96	8.914,01	10.338,43
151-1	50.854,75	56.242,30	44.569,70	72.275,01	76.459,78	75.322,23
161-9	3.970.400,11	4.009.952,66	4.911.896,84	13.803.616,26	7.386.633,82	14.206.604,33
162-7	1.634.485,06	2.236.279,24	2.915.294,34	9.707.784,51	4.740.517,72	9.930.429,72
163-5	10.867.393,81	23.872.985,64	24.514.961,41	28.395.286,49	32.234.029,68	40.862.996,06
751-0	220.327,73	531.100,53	1.204.766,60	11.915,33	381.423,95	8.938,92
752-8	-221.743,58	-534.850,97	-1.303.838,53	-105.461,75	-135.723,43	-166.945,70
TOTAL	504.450.538,16	687.206.643,99	761.982.988,96	1.000.901.901,36	1.232.012.161,79	1.420.064.356,19

Fonte: SEFA-PR

Tabela 19: Valor Referente Arrecadação Total do ICMS no Estado do Paraná - Período 1997 à 2002 (Valores Históricos)

VALOR REFERENTE ARRECADAÇÃO TOTAL DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ - PERÍODO 1997 A 2002						
REC	1997	1998	1999	2000	2001	2002
019-1	210.806,54	463.940,39	451.145,21	915.085,60	1.366.230,81	2.281.316,41
027-2	1.784.610,30	2.647.240,74	3.106.488,99	5.753.729,73	7.038.922,45	12.792.652,18
035-3	787.617,51	821.342,94	562.083,83	1.383.426,77	1.945.510,60	3.328.937,37
043-4	167.690.390,42	212.748.507,44	297.166.509,62	509.915.017,06	807.081.526,68	1.316.996.543,74
051-5	28.900.672,02	44.918.902,73	55.192.526,41	100.111.429,14	155.303.955,55	255.415.384,69
060-4	2.808.440,71	1.206.069,17	1.782.780,16	2.988.849,33	4.771.629,49	7.760.478,82
101-5	1.629.753.983,73	2.139.369.064,82	2.334.554.162,91	4.473.923.227,73	6.808.477.390,64	11.282.400.618,37
102-3	316.335,04	169.334,69	690.561,30	859.895,99	1.550.457,29	2.410.353,28
103-1	37.977.859,09	76.766.948,87	88.128.748,65	164.895.697,52	253.024.446,17	417.920.143,69
104-0	574.246,88	665.478,69	416.628,82	1.082.107,51	1.498.736,33	2.580.843,84
111-2	9.488.400,95	12.476.796,68	19.348.760,50	31.825.557,18	51.174.317,68	82.999.874,86
121-0	566.624,00	6.371.663,21	5.912.481,86	12.284.145,07	18.196.626,93	30.480.772,00
122-8	146.285,93	574.590,74	787.080,03	1.361.670,77	2.148.750,80	3.510.421,57
123-6	12.999.941,96	14.704.144,42	11.485.813,55	26.189.957,97	37.675.771,52	63.865.729,49
124-4	1.847,20	2.778,81	9.656,00	12.434,81	22.090,81	34.525,62
125-2	47.470.014,48	85.440.220,52	67.718.826,44	153.159.046,96	220.877.873,40	374.036.920,36
126-0	4.438.523,23	7.919.966,05	8.866.021,03	16.785.987,08	25.652.008,11	42.437.995,19
131-7	5.721.148,54	20.815.899,15	22.498.248,82	43.314.147,97	65.812.396,79	109.126.544,76
141-4	66.902,95	31.050,31	84.145,96	115.196,27	199.342,23	314.538,50
151-1	203.389,52	224.937,61	178.251,30	403.188,91	581.440,21	984.629,12
161-9	15.881.111,97	16.039.155,44	19.646.981,64	35.686.137,08	55.333.118,72	91.019.255,80
162-7	6.537.221,22	8.943.706,49	11.659.914,48	20.603.620,97	32.263.535,45	52.867.156,42
163-5	43.466.563,89	95.483.581,80	98.051.303,06	193.534.884,86	291.586.187,92	485.121.072,78
751-0	881.307,73	2.124.367,65	4.819.031,63	6.943.399,28	11.762.430,91	18.705.830,19
752-8	-886.970,86	-2.139.365,76	-5.215.314,14	-7.354.679,90	-12.569.994,04	-19.924.673,94
TOTAL	2.017.787.274,95	2.748.790.323,60	3.047.902.838,06	5.796.693.161,66	8.844.595.999,72	14.641.289.161,38

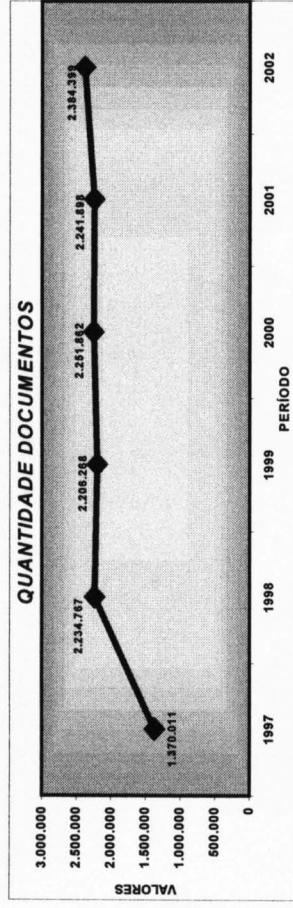
Fonte: SEFA-PR

Tabela 20: Valores Totais de Arrecadação ICMS no Estado do Paraná – Período 1997 à 2002(Valores Históricos)

VALORES TOTAIS ARRECADAÇÃO ICMS - TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ				
ANO	QUANT. DOC.	VLR. ESTADO	VLR. MUNICÍPIO	VLR. TOTAL
1997	1.370.011	1.513.336.736,79	504.450.538,16	2.017.787.274,95
1998	2.234.767	2.061.583.680,51	687.206.643,99	2.748.790.323,60
1999	2.206.268	2.285.919.849,10	761.982.988,96	3.047.902.838,06
2000	2.251.862	3.002.652.850,46	1.000.901.901,36	4.003.554.751,82
2001	2.241.898	3.695.979.876,40	1.232.012.161,79	4.927.992.038,19
2002	2.384.399	4.260.140.694,29	1.420.064.356,19	5.680.205.050,48

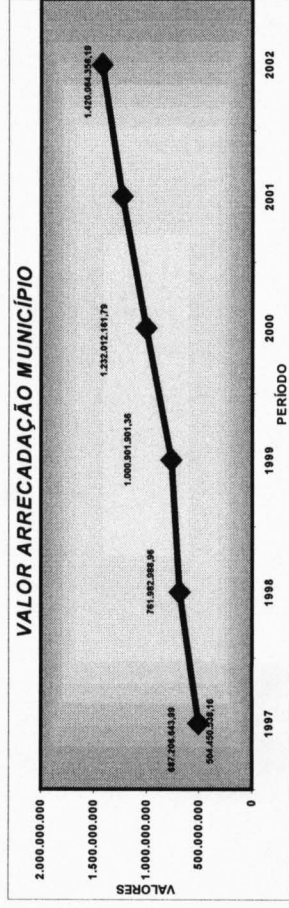
Fonte: SEFA-PR

Gráfico 1 - Quantidade Documentos ICMS



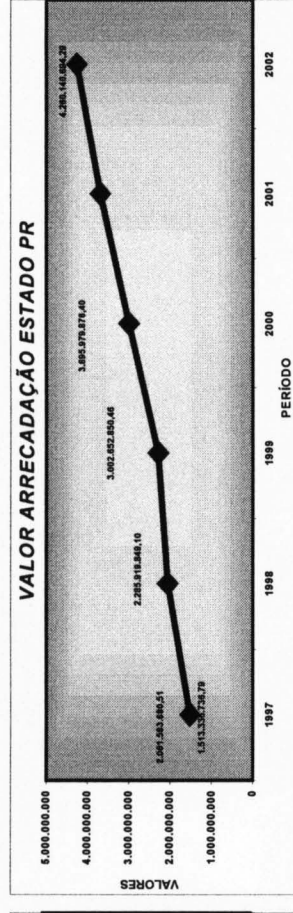
Fonte: SEFA-PR

Gráfico 3 - Valor Arrecadação ICMS Município



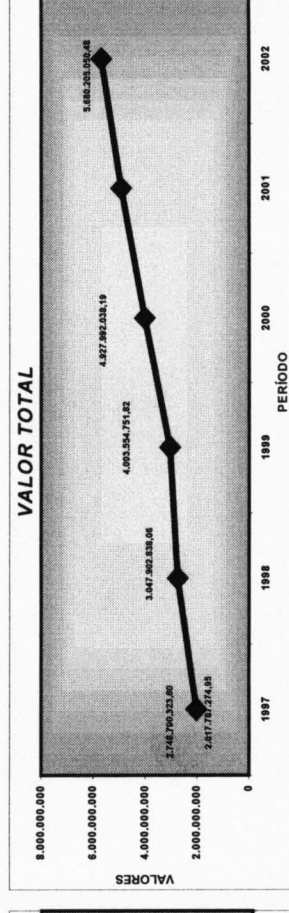
Fonte: SEFA-PR

Gráfico 2: Valor Arrecadação ICMS Estado do Paraná



Fonte: SEFA-PR

Gráfico 4 - Valor Total Arrecadação ICMS no Paraná



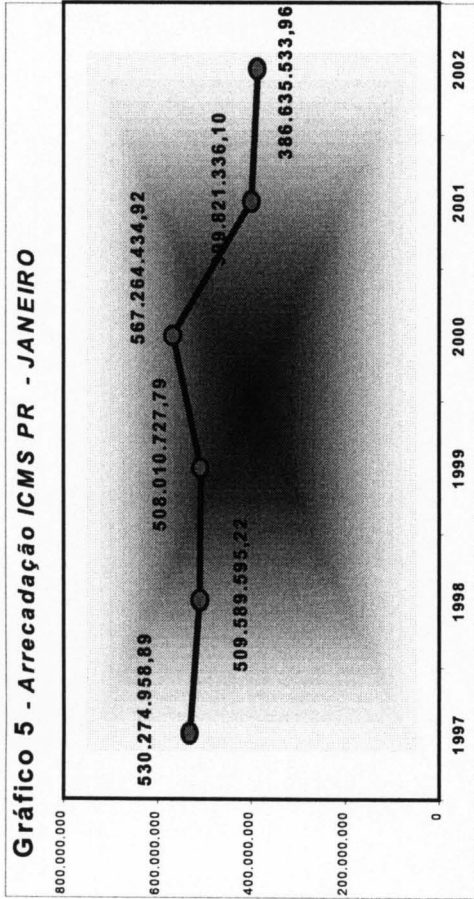
Fonte: SEFA-PR

Tabela 21 – Demonstrativo de Arrecadação do ICMS no Paraná – Período 1997 à 2002 (Valores Atualizados até Julho/03)

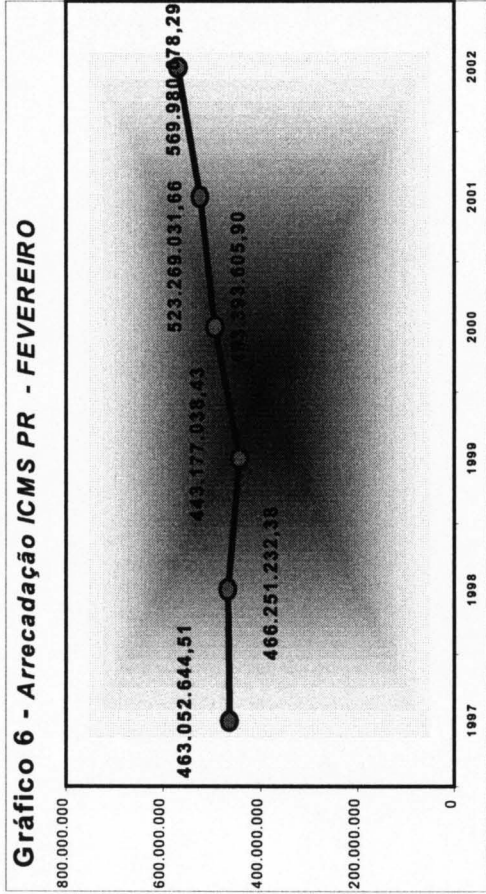
VALOR ARRECAÇÃO ICMS		DEMONSTRATIVO DE ARRECAÇÃO DE ICMS							
ESTADO DO PARANÁ - PR		1997	1998	1999	2000	2001	2002		
PERÍODO									
JANEIRO		530.274.958,89	509.589.595,22	508.010.727,79	567.264.434,92	399.821.336,10	386.635.533,96		
FEVEREIRO		463.052.644,51	466.251.232,38	443.177.038,43	493.393.605,90	523.269.031,66	569.980.078,29		
MARÇO		460.160.898,69	455.881.066,53	456.945.266,29	505.367.311,90	512.487.967,14	559.321.340,99		
ABRIL		492.288.870,47	482.696.588,88	511.017.086,53	526.368.133,25	580.259.237,99	613.499.259,17		
MAIO		477.190.734,22	482.662.736,93	500.998.974,24	537.859.167,85	556.550.899,63	611.146.087,61		
JUNHO		491.285.786,26	464.996.103,58	484.913.683,47	527.160.108,74	543.107.975,00	588.987.618,33		
JULHO		466.183.442,97	471.284.702,60	477.875.573,81	535.643.599,06	547.941.288,59	602.005.576,41		
AGOSTO		469.158.196,46	457.994.590,73	500.528.150,08	520.137.899,17	520.388.849,23	606.564.675,84		
SETEMBRO		466.853.697,90	481.977.315,10	523.651.468,58	595.684.868,65	695.138.465,68	616.656.712,63		
OUTUBRO		479.117.677,69	462.319.147,40	539.999.241,75	537.424.735,49	575.019.162,75	591.957.611,78		
NOVEMBRO		509.159.387,46	490.719.380,98	520.512.968,10	528.519.181,99	559.799.968,81	583.681.454,99		
DEZEMBRO		452.085.860,09	470.934.344,77	519.126.214,55	738.378.442,67	765.001.853,76	566.409.224,44		

Fonte: IGP-DI/FGV

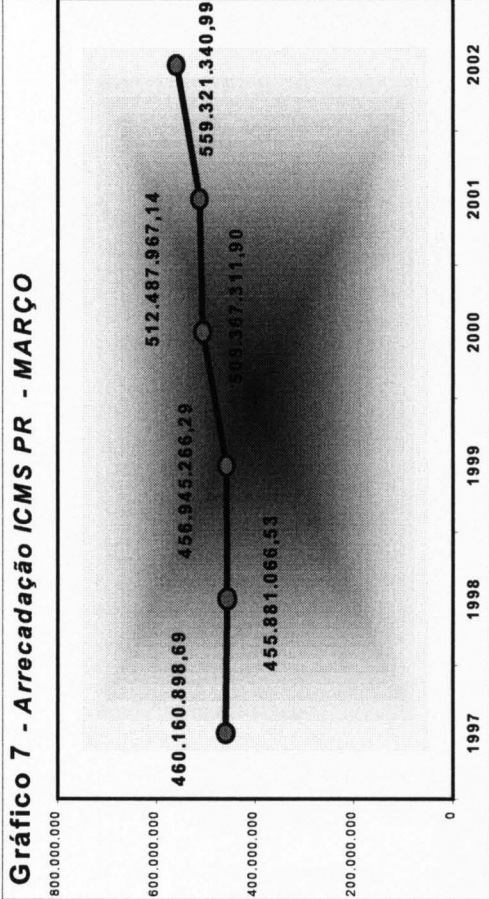
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ARRECADAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ – PERÍODO 1997 À 2002



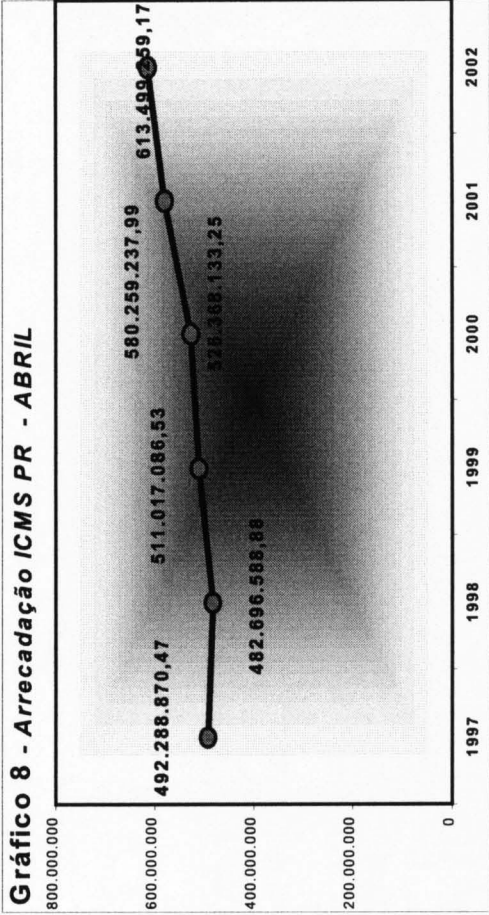
Fonte: IGP-DI/FGV



Fonte: IGP-DI/FGV

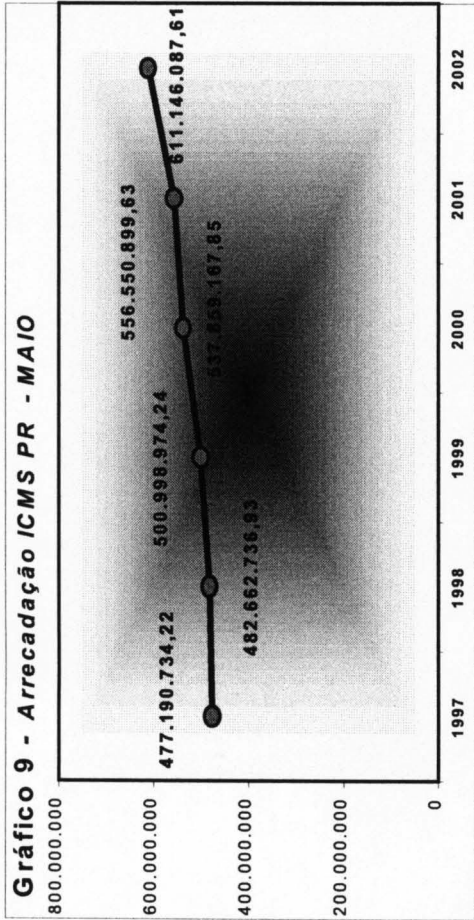


Fonte: IGP-DI/FGV



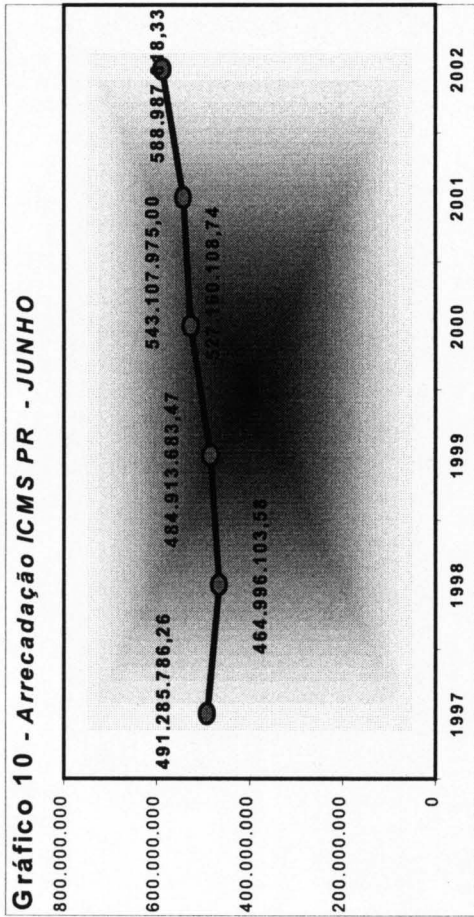
Fonte: IGP-DI/FGV

Gráfico 9 - Arrecadação ICMS PR - MAIO



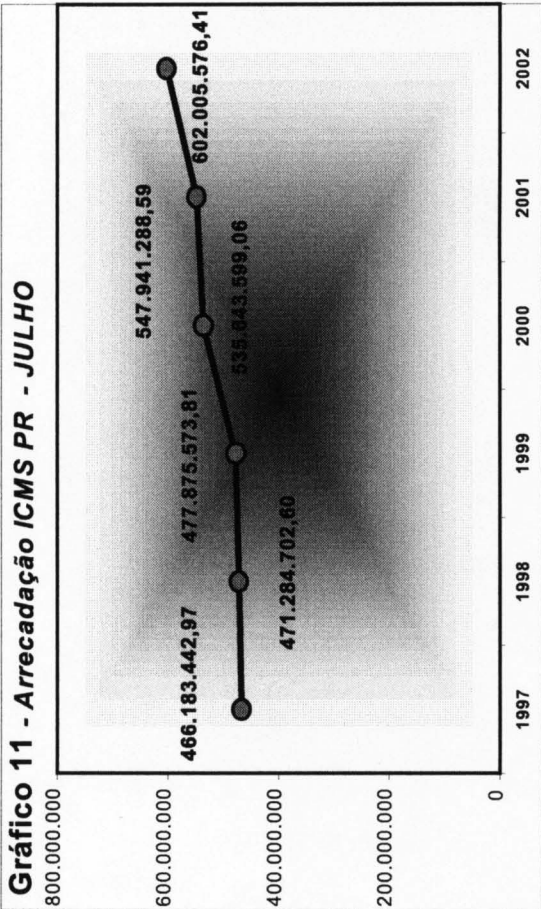
Fonte: IGP-DI/FGV

Gráfico 10 - Arrecadação ICMS PR - JUNHO



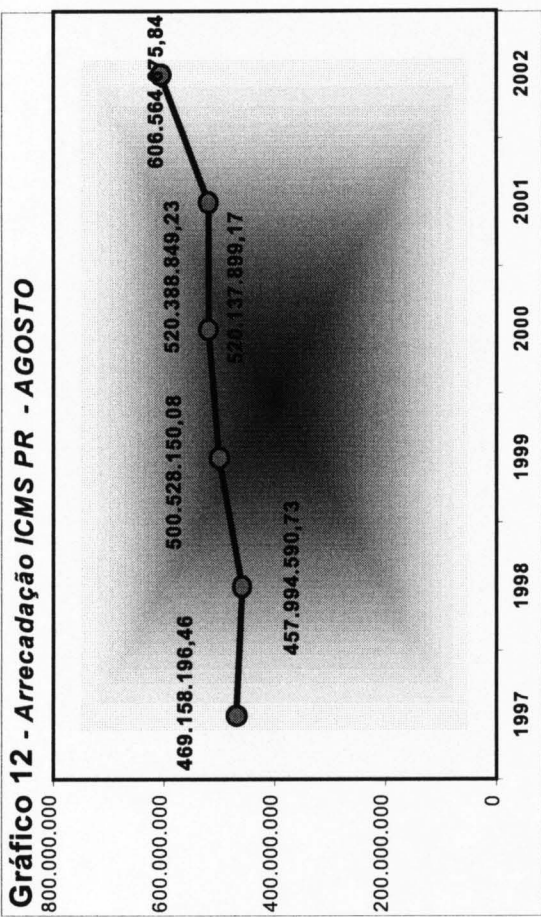
Fonte: IGP-DI/FGV

Gráfico 11 - Arrecadação ICMS PR - JULHO



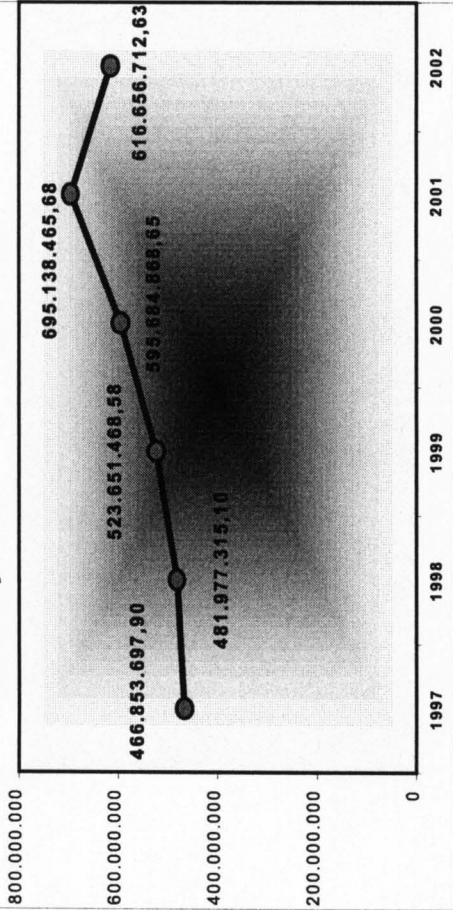
Fonte: IGP-DI/FGV

Gráfico 12 - Arrecadação ICMS PR - AGOSTO



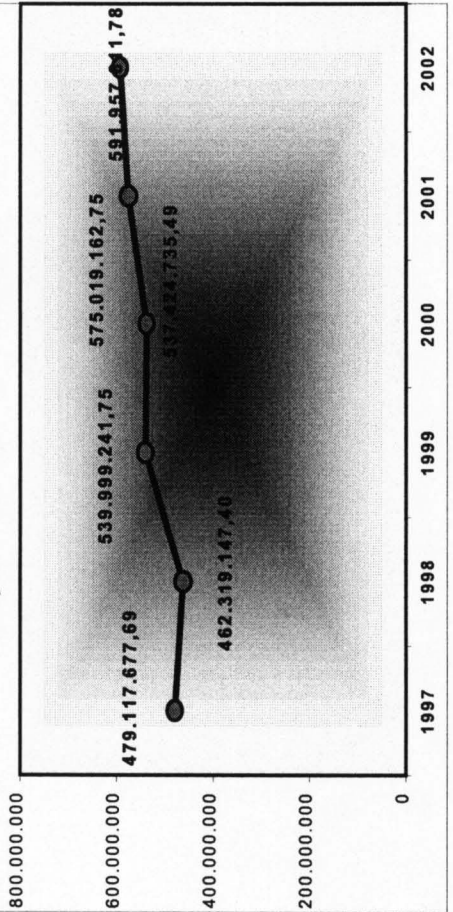
Fonte: IGP-DI/FGV

Gráfico 13 - Arrecadação ICMS PR - SETEMBRO



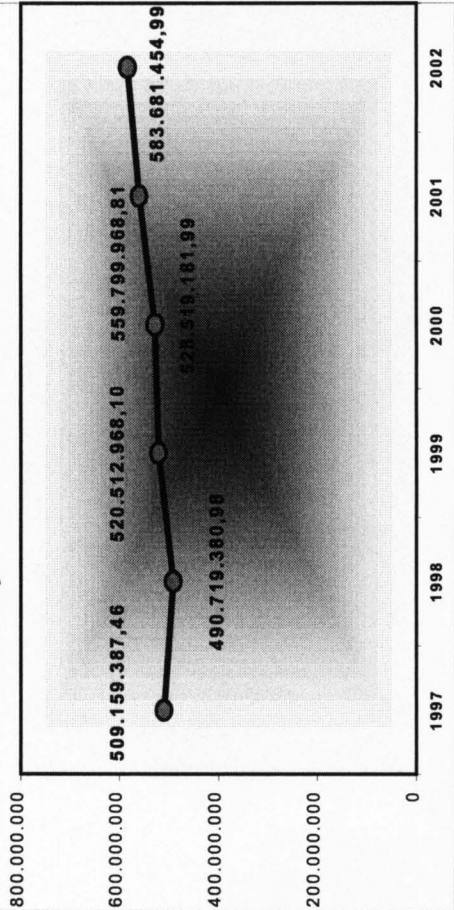
Fonte: IGP-DI/FGV

Gráfico 14 - Arrecadação ICMS PR - OUTUBRO



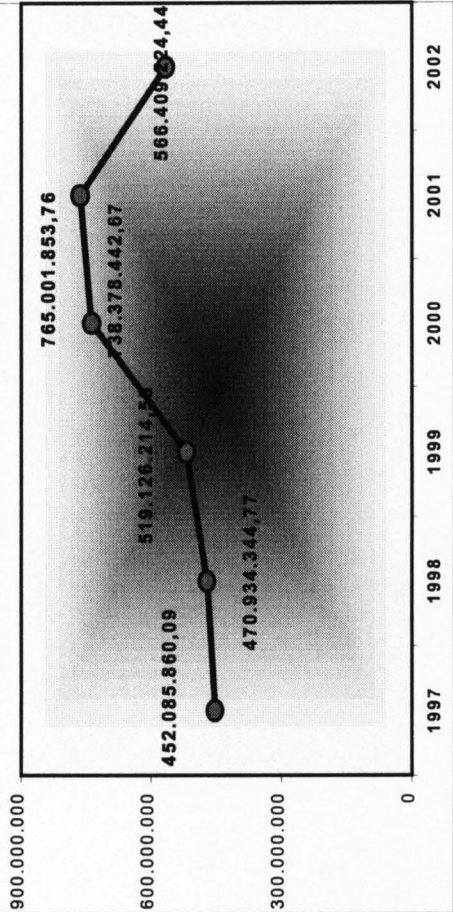
Fonte: IGP-DI/FGV

Gráfico 15 - Arrecadação ICMS PR - NOVEMBRO



Fonte: IGP-DI/FGV

Gráfico 16 - Arrecadação ICMS PR - DEZEMBRO



Fonte: IGP-DI/FGV

Comentários:

Apresentou-se na Tabela 21 um Demonstrativo da Arrecadação do ICMS no Paraná, no período compreendendo os anos de 1997 à 2002, os valores apresentados estão atualizados até Julho/2003, corrigidos pelo IGP –DI – Fundação Getúlio Vargas, e são diferentes dos valores apresentados nas tabelas 17, 18, 19 e 20, que trazem os valores históricos da arrecadação do ICMS no mesmo período, apresentando na tabela 18, os valores de arrecadação do Município da 06ª DRR.

Foram utilizados demonstrativos gráficos para ilustrar a evolução da arrecadação do ICMS por mês no mesmo período, os quais serão analisados à seguir:

Mês de Janeiro (97 à 02) – em relação ao ano de 1997, os anos de 98 e 99 apresentaram uma queda na arrecadação em torno dos 4%, mesmo existindo o benefício da anistia nos anos de 1997, 1998 e no ano de 2000, que apresentou a maior arrecadação nos meses de janeiro do período estudado. Já nos anos de 2001 e 2002, houve uma queda acentuada na arrecadação chegando ao patamar dos 35 e 37% respectivamente.

Mês de Fevereiro (97 à 02) – Ano base 97, a arrecadação do ICMS nestes meses, com exceção do ano de 99, apresentou altas contínuas na arrecadação, obtendo seu maior volume arrecadado no ano de 2002, com um crescimento de 23,09% em relação ao ano de 1997.

Mês de Março (97 à 02) – Após uma queda no ano de 1998 de 0,93% e 1999 de 0,70%, os anos seguintes apresentaram contínua elevação nos índices de arrecadação.

Mês de Abril (97 à 02) – Apenas no ano de 98 em relação ao ano base de 97, foi que se deu uma queda de 1,95%, os demais anos também apresentaram contínuo aumento nos índices de arrecadação de ICMS.

Mês de Maio (97 à 02) – Aumento contínuo da arrecadação durante o período.

Mês de Junho (97 à 02) – queda na arrecadação nos anos de 1998 e 1999, mas nos anos subseqüentes a contínuo crescimento nos índices de arrecadação.

Mês de Julho (97 à 02) - Aumento contínuo da arrecadação durante o período.

Mês de Agosto (97 à 02) – Queda de 2,38% na arrecadação do ano de 1998, nos demais anos elevação nos índices de arrecadação.

Mês de Setembro (97 à 02) – Contínuo crescimento na arrecadação, atingindo no ano de 2001, um aumento de 48,90% em relação ao ano de 1997.

Mês de Outubro (97 à 02) – Também apresentou uma queda na arrecadação no ano de 1998 de 3,51%, ocorrendo nos anos subseqüentes elevação nos valores arrecadados.

Mês de Novembro (97 à 02) – Queda na arrecadação também em 1998 de 3,62%, mas apresentou uma variação positiva nas arrecadações dos anos seguintes.

Mês de Dezembro (97 à 02) – Mesmo no ano de 1998 que nos outros meses apresentou o maior índice de quedas na arrecadação, no mês de dezembro em relação ao ano de 1997, apresentou um aumento na arrecadação de 4,17%, ocorrendo altos índices de elevação nos demais anos, principalmente no ano de

2001, que foi o pico de arrecadação nestes 60 meses, atingindo um aumento de 69,22% na arrecadação do estado.

Apresentou-se este estudo englobando uma tabela demonstrativa da arrecadação do ICMS, com valores corrigidos, e a representação mensal gráfica e breves considerações, para um enriquecimento nos conhecimentos inerentes ao comportamento de arrecadação do ICMS no Estado do Paraná.

3.8. OBRIGAÇÕES CONTÁBEIS

Independentemente do porte, diversas obrigações contábeis estão sujeitas as empresas, a saber:

Seleção, organização e guarda dos documentos negociais e demais papeis base para a escrituração dos livros comerciais, fiscais e trabalhistas (pelo prazo determinado nas diversas legislações vigentes);

Classificação, Digitação e Conciliação de contas;

Emissão e Análises de Relatórios Gerenciais (como relatórios financeiros, de apuração de custos, patrimoniais, etc.);

Emissão e Análises de Demonstrações Contábeis Obrigatórias (como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, etc.);

Publicação de Diversos Atos (conforme exigência das legislações vigentes).

3.8.1. Obrigações Tributárias

Devem ser arquivados, em boa guarda e ordem, os documentos fiscais referentes às atividades negociais e à arrecadação dos diversos tributos incidentes, bem como apresentadas as informações econômico-fiscais, de acordo com a legislação vigente:

Blocos ou Formulários de Notas Fiscais;

Autorização para Utilização de ECF - Equipamento de Emissor Fiscal (somente no caso de empresa comercial varejista, obrigada à manutenção e utilização deste equipamento);

Apresentação de Guias de Informações Econômico-Fiscais das áreas Federal, Estadual e Municipal;

Recolhimento dos diversos impostos e contribuições, como SIMPLES (para os optantes), IRPJ, IRRF, IPI, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Sobre as obrigações tributárias (principal e acessórias), sugerimos consulta ao "Calendário de Obrigações das Micro e Pequenas Empresas", disponibilizado nesta seção de "Legislação Empresarial", neste "Manual do Empresário".

3.8.2. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

São as seguintes, as principais rotinas trabalhistas e obrigações previdenciárias das empresas:

a) Registro de Empregados;

b)Recolhimento de contribuições e cumprimento de obrigações junto ao INSS, FGTS e Sindicatos;

c)Apresentação de informações ao Ministério do Trabalho e Emprego em formulários como CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, RAIS - Relatório Anual de Informações Sociais; Mapa de Avaliação Anual dos Dados Atualizados de Acidentes do Trabalho, etc.

Sobre as principais obrigações trabalhistas e previdenciárias, sugere-se consulta ao "Calendário de Obrigações das Micro e Pequenas Empresas", disponibilizado na seção de "Legislação Empresarial", no "Manual do Empresário".

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, sempre prevaleceu no Brasil a cultura da valorização do “grande” como principal componente no processo de desenvolvimento do país, ficando os pequenos negócios relegados a formulação das políticas públicas. Trata-se, evidentemente, de fruto de uma visão estratégica ultrapassada. Há consenso, hoje, na sociedade brasileira, de que o maior desafio do país é a redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais e, por consequência, o acesso de ampla massa de brasileiros ao mercado e a níveis civilizados de cidadania, quer pessoal, quer empresarial. É nos pequenos negócios que milhões de brasileiros encontram alternativas de sobrevivência e força para resistir às vicissitudes do dia-a-dia. Neles reside a saída para a melhoria da qualidade de vida da população, na forma de emprego, renda e dignidade individual. Medularmente inserido na realidade que se quer transformar, o segmento das micro e pequenas empresas, pela sua expressão e flexibilidade, é potencialmente desencadeador de um amplo espectro de oportunidades, podendo, em curto espaço de tempo, desde que adequadamente estimulado, devidamente fiscalizado e organizado, vitalizar a economia, contribuindo efetivamente para maior justiça social, inclusão, combate à pobreza e à fome. Ademais, é nas micro e pequenas empresas que a proverbial capacidade empreendedora dos brasileiros se manifesta de forma mais intensa. Nelas nasce e se desenvolve a semente do empreendedorismo.

Ao conceber um sistema tributário, qualquer governo deveria ter alguns ditames morais em mente, como:

A eficiência, pois o sistema não deve interferir com a eficiente alocação de recursos; a simplicidade administrativa, visando um baixo custo do sistema, tanto para o fisco como para o contribuinte; flexibilidade, o sistema deve ser capaz de responder facilmente a mudanças no ambiente econômico; responsabilidade política com transparência para que os contribuintes possam ser capazes de dizer quanto pagam e por quê, ao mesmo tempo em que avaliam o quanto o sistema reflete suas preferências; e principalmente justiça, o sistema deve ser e parecer justo, tratando aqueles em circunstâncias similares com isonomia e impondo tributos mais altos àqueles que podem arcar com o peso da tributação.

Ao estudar a realidade das micro e pequenas empresas e em especial as paranaenses, ratificou-se que o Brasil não apresenta um cenário positivo em relação ao desempenho das micro e pequenas empresas, bastante comentados na mídia nacional. Identificam-se poucos recursos oferecidos a esse porte de organização, desde consultorias até produtos que auxiliem na administração deste negócio. A situação é bastante delicada, pelo fato de 36% da mão de obra disponível ser absorvida por mercado.

O objetivo principal desta dissertação era analisar e identificar os problemas surgidos com a criação do Simples-Pr através de um diagnostico da situação atual comparando quais os benefícios e os malefícios surgidos para as empresas que optarão pelo seu enquadramento no Simples.

Procurou-se de maneira objetiva mostrar o cenário das micro e pequenas empresas no Brasil, pois o perfil relativo ao tamanho das empresas brasileiras, de acordo com dados demonstrados no decorrer do trabalho, está representado por

98% de micros e pequenas empresas em relação ao total das empresas existentes no país.

Somente através da conjunção das estratégias e esforços individualizados das empresas, somados à uma ação política dos governos, podem resultar na construção de mercados economicamente integrados e politicamente articulados, cujos benefícios devem ser conferidos com fundamento no interesse coletivo. Apenas estes se coadunam com o princípio da isonomia: a regra da modernidade.

Em algumas situações o tratamento diferencial dada a empresas em situações desiguais, pode gerar uma igualdade efetiva, por uma redistribuição mais justa da carga tributária, caso ocorra o contrário e o tratamento tributário seja igual para todos, em fatos econômicos diferentes, estaria se violando o princípio da igualdade.

Mas cabe lembrar que a concessão destes incentivos fiscais não se constituem hodiernamente em mero fruto do acaso, vale dizer, que uma sistemática tributária conforme os fins políticos e sociais, sem causar perplexidade na distribuição da carga fiscal é bem-vinda. Certo é, de outro lado, que diversidades geo-econômicas impõem lei de integração diversificada. Daí se depreende o seguinte questionamento: Qual o intuito destes "Incentivo" no Brasil atual?

Poderia-se justificar estes incentivos como um fato motivador nas ações sociais; no incremento a educação e cultura; motivos humanitários (isenção do IPI sobre caixões funerários); motivos políticos e administrativos, este segundo pode Ter como exemplo a isenção do ISS sobre a prestação de serviço efetuado por profissionais no seu domicílio, pois a arrecadação seria insignificante e só viria sobrecarregar o aparelho adiminstrativo ou também motivos econômicos que visem,

por exemplo, incentivar o desenvolvimento de determinados setores tipo desenvolvimento industrial ou fomento agrícola.

De meros acasos passaram para verdadeiros frutos de um planejamento tributário consciente e científico, em regra, por parte dos atuais governantes.

Vale ressaltar que embora o sistema de tributação Simples ofereça algumas vantagens para operação no mercado interno, o mesmo não pode ser dito quanto ao mercado externo, pois as restrições existentes inviabilizam as exportações por parte das pequenas e micro-empresas.

Diante destes fatos, não resta dúvida de que um país preocupado com seu crescimento e desenvolvimento econômico e social deve refletir seriamente sobre seu processo de inserção no mercado globalizado.

O comprometimento de um país com premissas desta natureza pode resultar numa plataforma política direcionando esforços para apoiar a competitividade nacional e internacional de suas empresas e do seu próprio processo de globalização. As condições adotadas por este para propiciar a internacionalização de suas empresas deverão reportar-se não somente à sua política econômica, mas, também e principalmente, aos sistemas educativo, financeiro, fiscal, bem como a toda infraestrutura disponível. Em síntese, pode-se afirmar que estas condições não emanam apenas do planejamento formal de um governo mas, sim, da sua vontade política.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil, Brasília. DF:Senado, 1988, 221p.

BRASIL. **Legislação tributária federal**. Brasília (DF): 1996

CANALS, Jordi. **La Internacionalización de la Empresa - Cómo Evaluar la Penetración en Mercados Exteriores**. Madrid: McGraw-Hill, 1994, p.187

COELHO, Pedro Neto - **Micro e Pequenas Empresas - Manual de Procedimentos Contábeis** - 2ª edição - Brasília – CFC - Conselho Federal de Contabilidade & SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - 1998.

DE LEERSNYDER, J. M. **Marketing international**. Paris: Dalloz, 1982.

LOUREIRO, Fernando A. A. V. (1990). **Internacionalização de empresas: estratégia e ação**. (Dissertação de mestrado). São Paulo: FEA/USP.

Normas de Registro de Comércio - Volume 1 - "**Orientações**" - Rio de Janeiro - COAD - Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional Ltda - 2000;

PARANÁ - **Constituição Estadual (1989)**. Constituição: Unidade Federativa do Paraná, Curitiba: Assembléia Legislativa, 1996.

PARANÁ - **Lei 11580/1996. Estabelece sobre ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. DOE nº 6385, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Curitiba, PR, 27.12.2002.

PARANÁ. **Legislação tributária estadual**. Curitiba (PR): 1997

PREVIDELLI, J. J. Mudanças organizacionais em empresas multinacionais.

Estudo exploratório das EBIMs - Empresas Brasileiras Internacionalizadas no

Mercosul. Tese de doutorado, São Paulo: FEA/USP, 1996, p. 48

SEBRAE, A pequena empresa e as exportações. Brasília (DF): Jornada do

SEBRAE, Ano II, n. 20, fevereiro de 1998.

SILVA, J. Miguel - Guia IOB de Contabilidade - Volume I - "Orientação nº 3 - As

Sociedades e Suas Relações com Sócios e Terceiros" - Atualização 06/99 - São

Paulo - IOB - Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda - Dezembro de

1999;

SPINOLA, Noenio. Como exportar e dialogar melhor com o mercado financeiro

na alvorada do E-Trade. São Paulo: Futura, 1998.

ANEXOS

ANEXO I: DECRETO DE 10 DE JULHO DE 1997

ANEXOS

ANEXO I

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, e na Lei n. 11.800, de 10 de julho de 1997,

DECRETA

Art. 1º Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até 10 de julho de 1997, objeto ou não de execução fiscal, poderão ser parcelados em até 100 (cem) parcelas, iguais e sucessivas, mediante deferimento do Secretário de Estado da Fazenda, com anistia da multa e da atualização monetária sobre ela incidente, e remissão dos juros.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo o pedido de parcelamento deverá ser protocolizado, em Agência de Rendas, até 10 de novembro de 1997.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

§ 3º O vencimento da primeira parcela ocorrerá no último dia útil do mês de novembro de 1997 e as demais, mensalmente, até o último dia útil dos meses subsequentes, sendo que o não pagamento implica renúncia ao parcelamento.

§ 4º O não pagamento de qualquer parcela nos prazos fixados importará na exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios deste artigo apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo que as quantias não pagas serão inscritas em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 5º A concessão de parcelamento de crédito tributário ajuizado fica condicionada à prévia quitação das respectivas despesas judiciais, dispensadas quaisquer outras exigências, inclusive honorários advocatícios de qualquer natureza.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se ao saldo do crédito tributário já objeto de parcelamento.

§ 7º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 2º Aos que procurarem espontaneamente a repartição fazendária, até 10 de novembro de 1997, para, mediante requerimento, reconhecer infração relativa a fatos geradores ocorridos até 10 de julho de 1997, será estendido, no que couber, o disposto no artigo anterior, inclusive para pagamento a vista.

Parágrafo único O não pagamento de qualquer parcela nos prazos fixados importará na imediata lavratura de auto de infração pela falta de recolhimento do imposto no prazo regulamentar, prevalecendo os benefícios deste artigo apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 3º Os benefícios previstos no art. 1º aplicam-se também, até 10 de novembro de 1997, independentemente de requerimento ao Secretário de Estado da Fazenda:

I - aos pagamentos a vista;

II - aos créditos tributários em que não haja exigência de ICMS ou de sua atualização monetária, ficando autorizada a Coordenação da Receita do Estado a proceder os cancelamentos correspondentes.

Art. 4º O Secretário de Estado da Fazenda, através de resolução, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de parcelamento de que trata o presente decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 10 de julho de 1997.

Curitiba, em 08 de agosto de 1997, 176º da Independência e 109º da República.

JAIME LERNER

Governador do Estado

GIOVANI GIONÉDIS

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO II: DECRETO N° 246/03 DE 29.01.2003

ANEXO II

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DECRETO Nº 246/03 DE 29.01.2003

A partir do dia 1º de fevereiro de 2003, o novo Governo do Paraná estabeleceu o Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, através do Decreto Nº 246/03 DE 29.01.2003.

Este regime diferenciado possibilita a aplicação do princípio de progressividade, uma vez que a graduação da carga tributária ocorre em função do faturamento das empresas.

Conforme a nova legislação, é considerada micro empresa aquela que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade.

Aquela que tiver receita bruta anual superior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade.(Artigo 407, incisos I e II do RICMS/PR) será considerada empresa de Pequeno Porte.

Para efeitos de enquadramento considera-se receita bruta o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas em conjunto por todos os estabelecimentos da empresa, excluídos os valores correspondentes a prestações de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, saídas canceladas, descontos incondicionais concedidos, devoluções de mercadorias adquiridas, transferências em operações internas e operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto.

A receita bruta será auferida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro e poderá ser calculada proporcionalmente ao número de meses de efetiva atividade.

O Regulamento do ICMS, em seus Art. 406 a 416-C, estabelece as diretrizes para os contribuintes que optarem pelo Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.

Não poderá a empresa:

a) Constituída sob a forma de sociedade por ações ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica;

b) Que realize operações relativas a:

1) Armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

2) Produção e extração de produtos primários;

3) Que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal;

c) Em que o titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior ao valor equivalente a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

d) Eleito substituto tributário em relação a operações subsequentes.

e) O enquadramento no Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será realizado mediante opção expressa do contribuinte, observado o disposto em Norma de Procedimento Fiscal nº 008/2003.

Se a empresa não se enquadrar em nenhuma das restrições ao enquadramento e se a sua receita bruta anual for inferior a R\$ 1.500.000,00, o contribuinte deve comparecer à Agência de Rendas de seu domicílio tributário, apresentando o do Documento Único de Cadastro – DUC .

ANEXO III: DECRETO 2473 DE 24 DE AGOSTO DE 2000

ANEXO III

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Paraná - REFIS/PR, destinado a promover a regularização de créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, que reger-se-á pelos termos, limites e condições deste decreto, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, o disposto na Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Convênios ICMS 31/00 e 36/00).

Art. 2º Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do ICMS, lançados até 31 de dezembro de 1999, poderão ser parcelados em até 120 parcelas, mensais e sucessivas, mediante deferimento do Secretário de Estado da Fazenda, desde que o pedido seja protocolizado, em Agência de Rendas, até 29 de setembro de 2000 (Convênio ICMS 31/00).

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo:

não se aplica a parcelamento em curso, adimplente, em 26.04.2000;

b) o valor das parcelas não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do faturamento médio mensal do estabelecimento do sujeito passivo, no exercício de 1999, nem a R\$ 100,00 (cem reais);

c) o vencimento da primeira parcela ocorrerá em 31 de outubro de 2000, e as demais até o último dia útil dos meses subsequentes.

§ 2º Tratando-se de crédito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá, ainda, ser instruído com o comprovante do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios e, da prova de oferecimento de suficientes bens em garantia ou fiança, para liquidação do débito, suspendendo-se a execução, por solicitação da Delegacia da Receita, até a quitação do parcelamento.

§ 3º O crédito tributário objeto do parcelamento sujeitar-se-a:

até a data do deferimento do pedido de parcelamento, aos acréscimos previstos na legislação;

b) a partir do mês subsequente ao do deferimento, a juros correspondentes à proporção mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, sobre o saldo devedor; a juros de 1% ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do contido nas alíneas anteriores.

§ 4º O pedido de parcelamento implica:

a) confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

b) expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

§ 5º Implica revogação do parcelamento:

a) inadimplência, por três meses consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas, bem como do imposto devido relativamente a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo;

b) o descumprimento das condições previstas no acordo.

§ 6º A revogação do parcelamento importará exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios deste artigo apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo que as quantias não pagas serão inscritas em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 7º Para os efeitos do disposto na alínea "a" do § 5º, serão considerados todos os estabelecimentos situados neste Estado:

a) da empresa beneficiária do parcelamento;

b) de empresa cujo titular ou sócio também seja titular ou sócio da empresa beneficiária do parcelamento.

§ 8º Os parcelamentos em curso, de que trata a alínea "a" do § 1º, poderão ser reparcelados e ter o seu número de parcelas vincendas ampliadas em até 20% (vinte por cento), ficando sujeitos aos mesmos critérios estabelecidos neste decreto.

Art. 3º Fica dispensado o pagamento de multa e juros relacionados com créditos tributários, devidos em decorrência da legislação do ICMS, lançados até 31 de dezembro de 1999, desde que o pagamento do imposto, monetariamente atualizado, seja efetuado integralmente até 29 de setembro de 2000 (Convênio ICMS 36/00).

§ 1º Aos que procurarem espontaneamente a repartição fazendária, até 29 de setembro de 2000, para, mediante requerimento, reconhecer infração relativa a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 1999, será estendido, no que couber, o disposto no "caput".

§ 2º Aos créditos tributários em que não haja exigência de ICMS ou de sua atualização monetária, fica autorizada a Coordenação da Receita do Estado a proceder os cancelamentos correspondentes.

§ 3º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 4º O Secretário de Estado da Fazenda, através de resolução, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de parcelamento de que trata o presente decreto.

Art. 5º Fica o Secretário de Estado da Fazenda autorizado, mediante resolução, a alterar os prazos estabelecidos neste Decreto.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 24 de agosto de 2000, 179º Independência e 112º da República.

JAIME LERNER

Governador do Estado

GIOVANI GIONÉDIS

Secretário de Estado da Fazenda

DIVANIR BRAZ PALMA

Deputado Estadual

JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO

Secretário de Estado do Governo

ANEXO IV: DECRETO 1º DE NOVENBRO 2002

ANEXO IV

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a reativação, uma única vez, do parcelamento de que trata o art. 2º do Decreto n. 2.473, de 24 de agosto de 2000, desde que o contribuinte efetue o pagamento, até o dia 30 de novembro de 2002, de todas as pendências que ocasionaram a rescisão, inclusive as existentes até a data do pedido de reativação, observado o disposto em Resolução do Secretário da Fazenda (Convênio ICMS 96/02).

Parágrafo único. As parcelas a vencer não poderão ser alteradas nem estendidas em função da reativação prevista no "caput", permanecendo inalteradas as condições iniciais assumidas pelo contribuinte.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º.11.2002.

Curitiba, 17 de setembro de 2002, 181º da Independência e 114º da República.

ANEXO V: DECRETO 17 DE SETEMBRO DE 2002

ANEXO V

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º Fica dispensado o pagamento de juros e multas relacionados com débitos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2002, nos percentuais abaixo indicados, desde que o pagamento do valor atualizado do imposto seja efetuado integralmente, com observância dos prazos a seguir estabelecidos (Convênio ICMS 98/02):

I - 100%, se recolhido até 30 de setembro de 2002;

II - 90%, se recolhido até 31 de outubro de 2002;

III - 80%, se recolhido até 29 de novembro de 2002;

IV - 70%, se recolhido até 20 de dezembro de 2002.

§ 1º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já pagas.

§ 2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, deverá ser anexado o comprovante do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

§ 3º Os créditos tributários de ICMS decorrentes exclusivamente de penalidades pecuniárias, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de junho de 2002, poderão ser liquidados, com redução de 70% do seu valor atualizado, desde que integralmente recolhido o débito remanescente até 20 de dezembro de 2002.

§ 4º As reduções no valor da multa de que trata este artigo não será cumulativa com as previstas no parágrafo único do art. 40 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, devendo ser observado em tal caso o que for mais benéfico ao sujeito passivo.

Art. 2º Os débitos fiscais relativos ao ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2002, poderão ser parcelados em até 120 parcelas, mediante requerimento, protocolizado em Agência de Rendas até 25 de outubro de 2002, ao Secretário de Estado da Fazenda ou à autoridade a quem este delegar competência para tal.

§ 1º O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 31 de outubro de 2002 e as demais até o último dia útil dos meses subseqüentes, sendo que o não pagamento dessa implica renúncia ao parcelamento.

§ 2º Considera-se débito fiscal a soma do imposto, das multas, da atualização monetária e dos juros de mora.

§ 3º O débito fiscal objeto do parcelamento:

a) sujeitar-se-á:

1. até a data do deferimento do pedido, aos acréscimos previstos na legislação;
2. a partir do mês subseqüente ao do deferimento, a juros correspondentes à proporção mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP;

3. a juros de 1% ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do contido nos itens anteriores;

b) será pago em parcelas mensais e sucessivas, que não poderão ser inferiores a 0,5% do faturamento médio mensal do exercício imediatamente anterior, nem a 1/120 do valor do débito, nem a R\$ 100,00;

c) tratando-se de crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído, também, com o comprovante do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, além da prova de garantia do débito.

§ 4º O pedido de parcelamento implica:

a) confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

b) expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

§ 5º Implica rescisão do parcelamento:

a) a inadimplência, por três meses consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas, bem como do imposto devido relativamente a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo;

b) o descumprimento das condições estabelecidas neste decreto e no Termo de Acordo de Parcelamento.

§ 6º Para efeito do disposto na alínea "a" do parágrafo anterior, serão considerados todos os estabelecimentos, situados neste Estado, da empresa beneficiária do parcelamento.

§ 7º A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, inclusive juros e multa, prevalecendo os benefícios previstos neste decreto apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

§ 8º Fica autorizada a reativação, uma única vez, do parcelamento rescindido na forma do parágrafo anterior, desde que o contribuinte efetue o pagamento de todas as pendências que ocasionaram a rescisão, inclusive as existentes até a data do pedido de reativação, em até sessenta dias após a perda do parcelamento.

§ 9º As parcelas a vencer não poderão ser alteradas nem estendidas em função da reativação prevista no parágrafo anterior, permanecendo inalteradas as condições iniciais assumidas pelo contribuinte.

Art. 3º Os benefícios previstos neste Decreto não são cumulativos com os concedidos com base na Lei n. 13.798, de 12 de setembro de 2002, e no Convênio ICMS 96/02.

Art. 4º O Secretário de Estado da Fazenda, através de Resolução, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de parcelamento de que trata este decreto.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10.09.2002, em relação aos arts. 1º a 4º e da data da publicação em relação a este artigo.

Curitiba, 17 de setembro de 2002, 181º da Independência e 114º da República.

JAIME LERNER

Governador do Estado

Ingo Henrique Hübner

Secretário de Estado da Fazenda

José Cid Campêlo Filho

Secretário de Estado do Governo

ANEXO VI: DECRETO 17 DE SETEMBRO DE 2002

ANEXO VI

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º Fica dispensado o pagamento de juros e multas relacionados com débitos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2002, nos percentuais abaixo indicados, desde que o pagamento do valor atualizado do imposto seja efetuado integralmente, com observância dos prazos a seguir estabelecidos (Convênio ICMS 98/02):

- I - 100%, se recolhido até 30 de setembro de 2002;
- II - 90%, se recolhido até 31 de outubro de 2002;
- III - 80%, se recolhido até 29 de novembro de 2002;
- IV - 70%, se recolhido até 20 de dezembro de 2002.

§ 1º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já pagas.

§ 2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, deverá ser anexado o comprovante do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

§ 3º Os créditos tributários de ICMS decorrentes exclusivamente de penalidades pecuniárias, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de junho de 2002, poderão ser liquidados, com redução de 70% do seu valor atualizado, desde que integralmente recolhido o débito remanescente até 20 de dezembro de 2002.

§ 4º As reduções no valor da multa de que trata este artigo não será cumulativa com as previstas no parágrafo único do art. 40 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, devendo ser observado em tal caso o que for mais benéfico ao sujeito passivo.

Art. 2º Os débitos fiscais relativos ao ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2002, poderão ser parcelados em até 120 parcelas, mediante requerimento, protocolizado em Agência de Rendas até 25 de outubro de 2002, ao Secretário de Estado da Fazenda ou à autoridade a quem este delegar competência para tal.

§ 1º O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 31 de outubro de 2002 e as demais até o último dia útil dos meses subseqüentes, sendo que o não pagamento dessa implica renúncia ao parcelamento.

§ 2º Considera-se débito fiscal a soma do imposto, das multas, da atualização monetária e dos juros de mora.

§ 3º O débito fiscal objeto do parcelamento:

a) sujeitar-se-á:

1. até a data do deferimento do pedido, aos acréscimos previstos na legislação;
2. a partir do mês subseqüente ao do deferimento, a juros correspondentes à proporção mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP;

3. a juros de 1% ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do contido nos itens anteriores;

b) será pago em parcelas mensais e sucessivas, que não poderão ser inferiores a 0,5% do faturamento médio mensal do exercício imediatamente anterior, nem a 1/120 do valor do débito, nem a R\$ 100,00;

c) tratando-se de crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído, também, com o comprovante do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, além da prova de garantia do débito.

§ 4º O pedido de parcelamento implica:

a) confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

b) expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

§ 5º Implica rescisão do parcelamento:

a) a inadimplência, por três meses consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas, bem como do imposto devido relativamente a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo;

b) o descumprimento das condições estabelecidas neste decreto e no Termo de Acordo de Parcelamento.

§ 6º Para efeito do disposto na alínea "a" do parágrafo anterior, serão considerados todos os estabelecimentos, situados neste Estado, da empresa beneficiária do parcelamento.

§ 7º A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, inclusive juros e multa, prevalecendo os benefícios previstos neste decreto apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

§ 8º Fica autorizada a reativação, uma única vez, do parcelamento rescindido na forma do parágrafo anterior, desde que o contribuinte efetue o pagamento de todas as pendências que ocasionaram a rescisão, inclusive as existentes até a data do pedido de reativação, em até sessenta dias após a perda do parcelamento.

§ 9º As parcelas a vencer não poderão ser alteradas nem estendidas em função da reativação prevista no parágrafo anterior, permanecendo inalteradas as condições iniciais assumidas pelo contribuinte.

Art. 3º Os benefícios previstos neste Decreto não são cumulativos com os concedidos com base na Lei n. 13.798, de 12 de setembro de 2002, e no Convênio ICMS 96/02.

Art. 4º O Secretário de Estado da Fazenda, através de Resolução, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de parcelamento de que trata este decreto.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10.09.2002, em relação aos arts. 1º a 4º e da data da publicação em relação a este artigo.

Curitiba, 17 de setembro de 2002, 181º da Independência e 114º da República.

Jaime Lerner

Governador do Estado

Ingo Henrique Hübert

Secretário de Estado da Fazenda

José Cid Campêlo Filho

Secretário de Estado do Governo